

DIÁLOGO GLOBAL 6.3

4 edições por ano em 16 idiomas

A democracia indiana
em guerra consigo
mesma

Nandini Sundar

O totalitarismo turco

Cihan Tugal

O fim do Lulismo
no Brasil

Ruy Braga

Política trabalhista na Ar-
gentina neoliberal

Rodolfo Elbert

A história profunda da
direita americana

Arlie Hochschild

A universidade e a sociologia

- > A ascensão da universidade corporativa no Reino Unido
- > A “guerra da sociologia” no Canadá

Em Memória

- > John Urry, 1946-2016

Colunas Especiais

- > Campanhas estudantis contra a violência sexual
- > A terceira via da Mondragon
- > Traduzindo a *Diálogo Global* para o romeno

REVISTA



International
Sociological
Association
isa

VOLUME 6 / EDIÇÃO 3 / SETEMBRO 2016
www.isa-sociology.org/global-dialogue/

DG



> Editorial

O populismo do século XXI

Entre 2011 e 2014 a *Diálogo Global* publicou textos otimistas sobre os movimentos sociais que sacudiram o mundo – Insurgências árabes, movimentos *Occupy*, *Indignados*, movimentos de trabalhadores, de estudantes, ambientalistas e de luta pela terra. O otimismo, contudo, durou pouco. Esses movimentos produziram mudanças que levaram a uma onda de movimentos populistas reacionários e regimes autoritários. O novo número da *Diálogo Global* aborda criticamente essas reações de direita, trazendo: a análise de Arlie Hochschild sobre o trumpismo e o *Tea Party* nos Estados Unidos; o exame de Cihan Tuğal sobre a guinada autoritária no regime turco; a explicação de Ruy Braga para o golpe de direita no Brasil; a autópsia da virada neoliberal na Argentina, por Rodolfo Elbert; e o retrato gráfico que faz Nandini Sundar da violência persistente contra os naxalitas na Índia. Como já afirmamos em outras ocasiões, esses movimentos podem ser interpretados nos termos da análise de Karl Polanyi sobre a superextensão do mercado. Isto é, contemporaneamente, o jugo do capital financeiro levou à globalização da precariedade, produzindo oscilações entre movimentos populistas de esquerda e de direita – compartilhando, ambos, a rejeição da política parlamentar.

Pode-se ver também a financeirização em ação em nossos sistemas universitários. Neste número, Huw Beynon analisa o gerencialismo disfuncional que acabou por dominar a universidade britânica em meio a sua briga para se manter economicamente viável. Ele descreve como o sistema de avaliação da “excelência” em pesquisa produz, na verdade, mediocridade, e como a dependência de taxas e mensalidades transformou os estudantes em consumidores e as universidades em agências de publicidade, em competição umas com as outras para maximizar a “satisfação” dos alunos. Ainda é uma questão em aberto se o sistema corporativo britânico tomou a dianteira em um processo global ou se prevalecerá a moderação, como no sistema canadense descrito por Neil McLaughlin e Anthony Puddephatt – ainda que, mesmo ali, o mundo acadêmico esteja buscando resistir a um primeiro ministro conservador.

Publicamos, ainda, quatro tributos à vida e ao trabalho de John Urry, que, para nossa tristeza, faleceu inesperadamente em março deste ano. John Urry foi um dos sociólogos mais originais e prolíficos do mundo, um pioneiro em muitas áreas: da transformação do capitalismo à significação do turismo, tema que desencadeou uma nova agenda de pesquisas sobre mobilidades sociais e geográficas; do aquecimento global a seu recente e perturbador *Offshoring*, no qual explora a crescente economia do sigilo, que tem intensificado as desigualdades globais e as violações dos direitos humanos. Talvez ele venha a ser mais lembrado como um pioneiro da sociologia do futuro, em virtude de seus esforços para prever as catástrofes para as quais nosso planeta tem se encaminhado.

Trazemos mais três artigos: sobre os crescentes movimentos estudantis contra o assédio sexual nos Estados Unidos; uma defesa da grande cooperativa Mondragon contra os seus detratores; e, finalmente, uma mensagem da equipe romena de *Diálogo Global* sobre como eles encaram os desafios da tradução. Esperamos que outras equipes escrevam sobre suas próprias experiências ao traduzir a sociologia do inglês para diferentes idiomas nacionais.

> **A *Diálogo Global* está disponível em 16 idiomas no [website da ISA](#)**

> **Submissões devem ser enviadas para burawoy@berkeley.edu**



Nandini Sundar, socióloga indiana, referência em violência política e autora de *The Burning Forest*, dissecou guerra no estado central de Chhattisgarh na Índia.



Cihan Tuğal, sociólogo turco e autor de *Passive Revolution: Absorbing the Islamic Challenge to Capitalism*, propõe a Turquia como um modelo do totalitarismo do século 21.



Ruy Braga, célebre comentarista sobre as classes precárias no Brasil e a ascensão e queda do Partido dos Trabalhadores (PT), analisa a mais recente crise na política brasileira.



A *Diálogo Global* é possível graças ao generoso apoio da SAGE Publications.

> Editorial

Editor: Michael Burawoy.

Editor Associado: Gay Seidman.

Editores Executivos: Lola Busuttill, August Bagà.

Conselho Editorial:

Margaret Abraham, Markus Schulz, Sari Hanafi, Vineeta Sinha, Benjamin Tejerina, Rosemary Barbaret, Izabela Barlinska, Dilek Cindoğlu, Filomin Gutierrez, John Holmwood, Guillermina Jasso, Kalpana Kannabiran, Marina Kurkchiyan, Simon Mapadimeng, Abdul-mumin Sa'ad, Ayse Saktanber, Celi Scalón, Sawako Shirahase, Grazyna Skapska, Evangelia Tastsoglou, Chin-Chun Yi, Elena Zdravomyslova.

Editores Regionais

Mundo Árabe:

Sari Hanafi, Mounir Saidani.

Argentina:

Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puig, Martín Urtasun.

Brasil:

Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Ângelo Martins Júnior, Lucas Amaral, Benno Alves, Julio Davies.

Índia:

Ishwar Modi, Rashmi Jain, Jyoti Sidana, Pragya Sharma, Nidhi Bansal, Pankaj Bhatnagar.

Indonésia:

Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana.

Irã:

Reyhaneh Javadi, Abdolkarim Bastani, Niayesh Dolati, Mitra Daneshvar, Vahid Lenjanzade.

Japão:

Satomi Yamamoto, Yutaro Shimokawa, Shinsa Kameo, Yuki Nakano.

Casaquistão:

Aigul Zabirowa, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Gani Madi, Almash Tlespayeva, Almas Rakhimbayev, Amangeldi Kurmetuly.

Polônia:

Jakub Barszczewski, Adrianna Drozdowska, Krzysztof Gubański, Justyna Kościńska, Kamil Lipiński, Mikołaj Mierzejewski, Karolina Mikołajewska-Zajac, Adam Müller, Zofia Penza, Teresa Teleżyńska, Anna Wandzel, Justyna Zielińska, Jacek Zych.

Romênia:

Cosima Rughiniş, Corina Brăgaru, Costinel Anuța, Tatiana Cojocari, Andrei Dobre, Alexandra Isbășoiu, Rodica Liseanu, Mihai-Bogdan Marian, Anda-Olivia Marin, Ramona Marinache, Anca Mihai, Oana-Elena Negrea, Ion Daniel Popa, Diana Tihan, Elena Tudor, Cristian Constantin Vereş, Carmen Voinea, Irina Zamfirescu.

Rússia:

Elena Zdravomyslova, Anna Kadnikova, Asja Voronkova, Lyubov' Chernyshova, Anastasija Golovneva.

Taiwan:

Jing-Mao Ho.

Turquia:

Gül Çorbacıoğlu, Irmak Evren.

Consultor de mídia: Gustavo Taniguti.

Consultora Editorial: Ana Villarreal.

> Nesta Edição

Editorial: Populismo do século XXI **2**

> A ASCENSÃO DA DIREITA

Uma democracia em guerra consigo mesma

Por Nandini Sundar, Índia **4**

O totalitarismo turco: precursor de uma tendência ou mera curiosidade cultural?

Por Cihan Tuğal, EUA **7**

O fim do lulismo e o golpe palaciano no Brasil

Por Ruy Braga, Brasil **10**

Política trabalhista e o retorno do neoliberalismo na Argentina

Por Rodolfo Elbert, Argentina **13**

A direita americana: sua história profunda

Por Arlie Russell Hochschild, EUA **15**

> A UNIVERSIDADE E A SOCIOLOGIA

A ascensão da universidade corporativa no Reino Unido

Por Huw Beynon, Reino Unido **18**

A “Guerra da Sociologia” no Canadá

Por Neil McLaughlin e Antony Puddephatt, Canadá **22**

> EM MEMÓRIA

Relembrando John Urry e seu Trabalho

Por Andrew Sayer, Reino Unido **25**

John Urry – sociólogo do futuro

Por Scott Lash, Reino Unido **27**

John Urry: mais do que um sociólogo para sociólogos

Por Bob Jessop, Reino Unido **29**

De perto e em movimento: celebrando John Urry

Por Mimi Sheller, EUA **31**

> COLUNAS ESPECIAIS

Campanhas estudantis contra a violência sexual

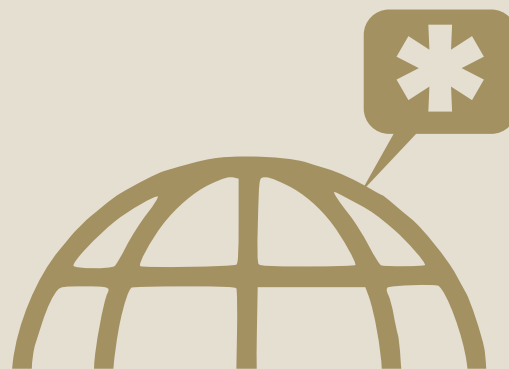
Por Ana Vidu e Tinka Schubert, Espanha **33**

A terceira via da Mondragon: resposta a Sharryn Kasmir

Por Ignacio Santa Cruz Ayo e Eva Alonso, Espanha **35**

Traduzindo a *Diálogo Global* para o romeno

Por Costinel Anuța, Corina Brăgaru, Anca Mihai, Oana Negrea, Ion Daniel Popa, e Diana Tihan, Romênia **37**



> Uma democracia em guerra consigo mesma

Por **Nandini Sundar**, Delhi School of Economics, Índia



Salwa Judum – vigilantes patrocinados pelo governo.
Por um fotógrafo local desconhecido.

Nandini Sundar é uma conhecida pesquisadora da violência política. Ela estudou por mais de 25 anos a localidade de Bastar, zona de intenso conflito no interior do estado de Chhattisgarh, no centro da Índia. Viveu lá, primeiro, quando fazia pesquisa para sua tese de doutorado, publicada como *Subalterns and Sovereigns: An Anthropological History of Bastar 1854-1996* (Oxford University Press, 1997). Seu novo e aguardado livro, *The Burning Forest: India's War in Bastar* (Juggernaut Press, 2016), descreve o que se tornou essa zona de conflito e como foi moldada por forças políticas externas; mas também é um relato de sua experiência como reclamante na Corte Suprema e das distintas fases de um processo em que busca estabelecer uma emenda constitucional contra as milícias paraestatais e obter reparações às vítimas de violações de direitos humanos – processo que já se estende por quase uma década. Ainda que ela e seus companheiros tenham conseguido resultados espetaculares em um julgamento em 2011, o Estado simplesmente ignorou as decisões da Corte e continuou com sua campanha de contra-insurgência. *The Burning Forest* tenta captar a mistura de fracasso institucional, impunidade estatal e resiliência pública que são ingredientes da democracia indiana.

A democracia na Índia atrai opiniões fortes. A posição dominante, expressa por políticos indianos, pela grande mídia e pela elite do país, é exaltatória, e afirma que, em meio às sociedades pós-coloniais, a indiana deve se orgulhar do sufrágio universal, do federalismo, da subordinação das forças armadas ao governo civil e de um judiciário independente. Os ativistas, por outro lado, tendem a ser mais críticos, afirmando que a democracia indiana é uma “farsa” – e apontam para continuidades coloniais em leis de “emergência” como a Lei de Poderes Especiais das Forças Armadas do Nordeste [*Northeast's Armed Forces Special Powers Act (AFSPA)*], que permite ao exército atirar para matar em caso de mera suspeita; bem como para assassinatos sumários frequentes, mortes sob custódia, tortura, estupro e desaparecimentos; e ainda para massacres organizados vinculados ao partido no poder, tendo como alvo minorias como os Sikhs (Delhi, 1984) e os Muçulmanos (Gujarat, 2002).

Os trabalhos acadêmicos sobre a democracia na Índia concentram-se em torno da Ciência Política e lidam fundamentalmente com partidos políticos, eleições, arranjos institucionais e políticas de desenvolvimento. Tendem, assim, para uma abordagem centrista. Em *The Burning Forest: India's War in Bastar*, ao contrário, examino sociologicamente uma campanha de contra-insurgência direcionada para o que o governo chama “extremismo esquerdista”, e exploro o que ela revela sobre a democracia na Índia.

A atual ofensiva contra as guerrilhas maoístas afiliadas ao Partido Comunista da Índia (Maoísta) – ou “naxalitas”, como são conhecidos – já tem uma década. Mas, enquanto a primeira fase do movimento naxalita, iniciada no final dos anos 1960 e brutalmente esmagada nos 1970, atraiu bastante atenção dos pesquisadores, ainda há muito poucos livros detalhados sobre a fase atual. Deve-se considerar a dificuldade de realizar pesquisas em uma área tão conflituosa e securitizada, mas a falta de atenção se deve também ao fato de que o movimento, agora, emerge de povos indígenas ou de tribos e castas desprivilegiadas nas áreas rurais e de florestas, em contraste com a fase anterior do movimento, que também contava com apoiadores urbanos, de classe média e estudantes. Hoje, a maioria dos relatos sobre o conflito é produzida por jornalistas que viajaram com os maoístas ou, por outro lado, por *think tanks* da área de segurança.

Ainda que o movimento maoísta se distribua por vários estados, o epicentro da guerra é uma área coberta por densas florestas e rica em minérios chamada Bastar, habitada principalmente por adivasis ou povos indígenas. Bastar tem 39.114 km² e localiza-se no estado de Chhattisgarh, no centro da Índia. Os maoístas chegaram na região vindos do estado vizinho de Andhra Pradesh, na tentativa de escapar da repressão, mas logo a população local começou a fazer suas próprias reivindicações. A partir dos anos 1980, os maoístas estabeleceram quase um Estado paralelo – distribuíram

terras, criaram grupos de trabalho coletivo, resolveram conflitos, cobraram impostos de prestadores de serviços e assumiram um papel nas minúcias das relações cotidianas. Na medida em que os camponeses participaram da construção do Estado maoísta, eles o modularam com suas próprias tradições culturais.

Em junho de 2005, os governos nacional e estadual lançaram uma organização miliciana paraestatal de caráter amorfo chamada *Salwa Judum* (literalmente, “caçada de purificação”) no sul e no oeste de Bastar, e trataram-na como um “movimento popular” espontâneo contra a violência naxalita. Essa campanha foi alavancada pela configuração de classe da região: o racismo dos colonos contra os povos indígenas alimenta e dá apoio ao empuxo modernizador do Estado, que atua para deslocá-los e ceder lugar a atividades mineradoras e industriais. Os líderes do *Salwa Judum* são, fundamentalmente, imigrantes não-indígenas ou clientes de políticos poderosos do partido no poder, *Bharatiya Janata* (BJP), ou do Partido do Congresso [*Congress Party*], os quais se sentem ameaçados pelos maoístas, considerados o maior obstáculo à mineração e aos planos de investimento na região.

Entre 2005 e 2007, milicianos do *Salwa Judum*, apoiados pelas forças de segurança, queimaram casas, saquearam plantações, rebanhos e dinheiro, e estupraram e mataram camponeses. Os maoístas retaliaram com ataques às forças de segurança. Cerca de 50.000 pessoas foram reassentadas em “campos de auxílio” e um número equivalente fugiu para a floresta ou para estados vizinhos. Para os camponeses que foram desalojados e dispersados, esse foi o acontecimento mais traumático de suas vidas. Mesmo que as pessoas tenham começado a retornar gradualmente para suas casas depois de 2007, a situação ainda não se estabilizou.

Oficialmente, 2.468 pessoas – civis, agentes armados e quadros maoístas – foram mortos em Chhattisgarh entre 2005 e 2016. O número real é certamente maior, tendo ocorrido mais mortes entre 2005-2007 e durante 2009-2011, em virtude da Operação Caçada Verde, na qual o governo enviou à região as Forças Policiais Armadas Centrais [*Central Armed Police Forces*], apenas um nível abaixo do exército, juntamente com drones não-tripulados, helicópteros e tanques anti-minas.

Seguindo o procedimento padrão de contra-insurgência, o governo usou maoístas capturados para identificar seus ex-camaradas e recrutou jovens da região que pensavam estar ingressando na força policial regular. Impossibilitados de retornar para suas vilas, esses Policiais Especiais agora vivem em acampamentos de segurança e são desprezados pelas forças policiais normais. Enquanto alguns agentes de segurança estão contentes por poder matar à revelia e por causa das medalhas e do dinheiro que recebem, outros se sentem atolados até o pescoço nas desgraças do conflito. Os políticos e os oficiais das forças de segurança mostram-se,



em geral, insensíveis à tragédia humana em ambos os lados do conflito.

Hoje, Bastar é a zona mais militarizada do país, com acampamentos de segurança envoltos por arame farpado a cada cinco ou dez quilômetros. Conquanto seja amplamente reconhecido que a exploração e a falta de condições básicas de saúde e educação sejam as causas primárias do apoio popular aos maoístas, os gastos do governo com medidas de segurança superam em muito os gastos com bem-estar.

Dadas as similaridades com outras campanhas de contra-insurgência, vale questionar se faz alguma diferença se esse tipo de ação é conduzida em uma democracia, e não em um regime militar ou sob um governo colonial. Como foi que diferentes instituições e atores – de partidos políticos e organizações de direitos humanos à mídia e ao judiciário – reagiram?

A política parlamentar foi irrelevante para a guerra, uma vez que os dois maiores partidos indianos, o Congresso e o BJP, colaboraram para promovê-la. É verdade que a seção local do Partido Comunista da Índia, que possui atuação parlamentar, teve um papel genuíno de oposição, mas ele não tem muita influência a nível nacional. Instituições oficiais como a Comissão Nacional de Direitos Humanos não apenas mostraram desinteresse como têm sua parte de culpa nas violações, já que eleições regulares e a existência de instituições do tipo acabam por legitimar o Estado, não importando se são eficientes ou, ainda, democráticas.

Apesar de a mídia indiana ser livre e pulsante, os interesses comerciais dos maiores conglomerados têm a intenção de não irritar o governo para além de certo ponto; bem como o fato de que as regiões em conflito são geralmente “remotas” em relação aos centros urbanos; e a quase inexistência de jornalistas indígenas ou pertencentes a castas desprivilegiadas – tudo isso significa que as violações massivas de direitos humanos produzidas pela guerra de contra-insurgência nunca se tornam assuntos de relevância nacional. Os ciclos de cobertura da guerra em Bastar oscilaram da negligência completa a reportagens bastante ricas. Mas, assim mesmo, não houve qualquer prestação de contas por parte do governo. Diferenças estruturais entre a mídia em inglês e aquela em hindi, a última funcionando sob limitações políticas e econômicas mais severas, também afetaram a cobertura.

As organizações de direitos humanos tiveram um papel central ao revelar abusos, negociar com os maoístas a libertação de reféns e pautar o debate acerca da violência estatal e guerrilheira. Mas, ao mesmo tempo, a crescente dependência dos ativistas urbanos em relação às redes sociais contribuiu para obscurecer algumas questões que são críticas *in loco*. Em Chhattisgarh, o apoio estatal às milícias foi acompanhado pela aprovação de uma lei anti-terror



Aldeões caminhando longas distâncias em protesto contra Salwa Judum. Por um fotógrafo local desconhecido.

com definições em aberto, aberta para discricionariedades. A prisão de um conhecido médico e ativista em decorrência dessa lei causou preocupação nos meios da classe média, mas a campanha por sua libertação foi praticamente irrelevante para os cidadãos indígenas que continuaram a ser alvo da violência policial direta, sem qualquer esperança de um processo justo.

Enquanto as cortes locais falharam sistematicamente, levando a altas taxas de encarceramento entre camponeses comuns, assim como à superlotação das cadeias em Chhattisgarh, a Suprema Corte indiana teve um papel importante quando reconheceu as violações em massa em Bastar. Contudo, adiamentos e postergações sem fim, e a capacidade estatal de simplesmente ignorar as decisões da Corte, significaram que a mensagem do julgamento acabou por não se traduzir em justiça concreta. Apesar de o estado de Chhattisgarh ter sido inequivocamente condenado em 2011 a acabar com organizações milicianas como a *Salwa Judum*, parar de recrutar moradores para ações de contra-insurgência, compensar as vítimas do conflito e punir os responsáveis por violações, o estado simplesmente continuou fazendo as mesmas coisas, como se a sentença da Corte nunca tivesse sido dada.

Desde que Modi conquistou o poder em 2014, vários elementos da *Salwa Judum* têm sido revividos; para o BJP, as milícias paraestatais são o modo normal de fazer política em todo o país. Ainda assim, muitos cidadãos continuam acreditando e lutando pelo projeto democrático, mesmo que a democracia existente no momento deixe muito a desejar. ■

Contato com Nandini Sundar <nandinisundar@yahoo.com>

> O totalitarismo turco

Precursor de uma tendência ou mera curiosidade cultural?

Por **Cihan Tugal**, Universidade da Califórnia, Berkeley, Estados Unidos



O cessar-fogo de 2013 duramente conquistado entre as autoridades turcas eo Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), foi violado por Ankara, no verão de 2015.

próprio futuro nas experiências das nações capitalistas vigorosas. Depois da catástrofe dos anos 1930, contudo, muitos passaram a sugerir que o oposto também poderia ser verdadeiro: em última instância, os europeus passaram a viver o que os nativos tinham vivido durante a colonização. O empoderamento da massa e a propriedade/liberdade individuais solaparam uma à outra em um momento crítico da história (o período entre-guerras). E se esses dois objetivos de longo alcance se estiverem dinamitando novamente?

> Um falso paraíso liberal

A rápida virada autoritária na Turquia surpreendeu muitos observadores: há não muito tempo, o país era celebrado como exemplo de liberalismo em uma região marcada pela turbulência. Analistas, agora, procuram as causas dessa transformação na personalidade do presidente Erdogan ou em características excepcionais da cultura turca.

Mas um exame do próprio sucesso liberal oferece-nos mais pistas (e presságios para o Ocidente democrático). A “democracia liberal” já foi considerada a maior das conquistas da humanidade, mas se “liberalismo” significa a apoteose da propriedade e da liberdade individuais, que, em nossa época, vai de mãos dadas com a (neo-)liberalização (privatização, reestruturação do Estado de bem-estar e financeirização), o caso turco mostra que liberalização e democratização caminham juntas só por algum tempo, a depender de fatores como a capacidade repressiva e cooptativa do Estado, bem como das capacidades políticas da sociedade civil.

A experiência recente da Turquia pode conter alertas para o resto do mundo. No passado, os intelectuais pensavam que os países menos desenvolvidos podiam enxergar seu

A Turquia costumava ser o país mais secular e democrático do Oriente Médio. Sua enganadora excepcionalidade baseava-se na democratização do pacote “kemalista” levada a cabo pelos partidos conservadores. Desde os anos 1950, vários partidos de centro-direita liberalizaram gradualmente o regime nacionalista, corporativista e secularista construído por Mustafa Kemal ao longo da primeira metade do século XX. Nos anos 2000, uma nova organização, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), popularizou ainda mais a agenda de centro-direita ao combinar as tradições conservadoras e islâmicas do país, uma mudança que despertou entusiasmo popular, mas também entre os intelectuais. É interessante que reformas do tipo neoliberal em momento anterior, nos anos 1970, tinham causado apatia ou, então, oposição ferrenha.

Todavia, há um lado obscuro nessa história brilhante de sucesso. A narrativa predominante, que ainda enquadra a liberalização da Turquia nos anos 2000 como um “modelo”, omite a repressão aos grupos que desafiaram o governo: alevitas, trabalhadores grevistas, ambientalistas, esquerdistas e, oca-



sionalmente, os curdos. Tanto o mundo ocidental quanto os liberais na Turquia preferiram evitar as críticas à agenda cultural e sectária do Partido da Justiça e Desenvolvimento, tomando a repressão como um preço baixo a pagar por tudo o que o partido alcançou: altas taxas de crescimento e marginalização das forças armadas kemalistas, antes dominantes. Destruição ambiental, mortes de trabalhadores, salários em declínio, despolitização, queda na sindicalização, crescente sectarismo sunita, violência patriarcal e remoções urbanas – os efeitos dessas conquistas (ou que, pelo menos, as acompanharam e reforçaram) receberam pouca atenção.

Ao longo dos dois primeiros mandatos do Partido Justiça e Desenvolvimento, a liberalização política e econômica criou muitos atritos e abriu caminhos para contestá-la. No verão de 2013, movimentos ambientalistas e urbanos, que já fervilhavam, romperam suas limitações locais. Quando movimentos espontâneos de mulheres, alevitas e secularistas se somaram, explodiu a maior revolta urbana da história turca (a Rebelião de Gezi). Contudo, embora milhões de cidadãos tenham participado, não surgiu uma plataforma política comum. Líderes trabalhistas e curdos deram apoio restrito aos protestos de Gezi, enquanto os principais grupos de esquerda tentaram, de modo reticente – na melhor das hipóteses –, canalizar a revolta em uma direção mais política. As três forças pagaram caro pela combinação de relutância, confusão e incapacidade

Em 2013, assustados com as investidas islâmicas e autoritárias cada vez mais agressivas do governo, muitos liberais tentaram empurrar a revolta em uma direção mais liberal, mas não tiveram qualquer sucesso: a rebelião se mostrou incapaz de expandir sua agenda para além do objetivo inicial – salvar da destruição o parque urbano mais central da Turquia, o Gezi.

> A mutação do liberalismo em totalitarismo

Apesar do caráter fragmentado da revolta, o governo se agarrou à narrativa de conspiração e reagiu violentamente à rebelião. O partido no governo se tornou não apenas mais autoritário, mas também mais totalitário, passando a mobilizar sua base contra as vozes opositoristas.

Por que ocorreu essa transformação? O liberalismo multiplica os pontos de tensão social, ao invés de suprimi-los – em contraste com a tendência do corporativismo. Sociedades estruturalmente mais fortes podem conter, absorver e reprimir as tensões sem romper o liberalismo; Estados mais fracos, por outro lado, são menos capazes de lidar com as tensões explosivas dentro dos limites do liberalismo. Em especial quando tais regimes encaram forte oposição, as instituições estabelecidas e a repressão podem não bastar para conter movimentos de protesto. Em tais contextos, as elites podem recorrer à contra-mobilização, assentando assim as bases do totalitarismo – um caminho aberto não apenas pela convocação das elites à ação, mas também pela

presença de grupos políticos e da sociedade civil prontos para responder.

Redes desse tipo encontravam-se abundantemente à disposição do Partido da Justiça e Desenvolvimento, remetendo a suas origens na mobilização islamista entre os anos 1960 e 1990. Depois de 2013, em resposta ao que percebeu como ameaças crescentes, o regime turco passou do que chamo “totalitarismo brando” ao “totalitarismo pesado”. Voltou-se primeiro contra os alevitas, trabalhadores grevistas, ambientalistas e socialistas e, depois, contra os liberais.

Ironicamente, a maior “limpa” pós-2013 teve como alvo um grupo islâmico liberal, a comunidade de Gülen – ela mesma um ator central do totalitarismo brando, e que penetrou nas instituições uma a uma, esvaziando-as silenciosamente de figuras do regime anterior, alevitas e esquerdistas. O grupo realizou essas remoções sem qualquer alarde, em agudo contraste com as expulsões amplamente publicizadas e cerimoniais da atualidade. Houve alguns embates entre a comunidade de Gülen e quadros islamistas mais antigos a respeito da divisão dos espólios de poder, mas os conflitos permaneceram sob controle até o momento em que as relações entre Erdogan e Israel ficaram tensas. Gülen (um clérigo profundamente ligado a grupos de lobby político americanos e de outros países ocidentais) já suspeitava do tom anti-Israel de Erdogan. O estopim, todavia, foi a tentativa de uma associação de caridade turca, apoiada por Erdogan, de furar o bloqueio de Gaza. Gülen deu uma entrevista ao *Washington Post* declarando que a ação foi anti-islâmica porque desafiava a autoridade. Depois disso, os dois componentes originais do Partido da Justiça e Desenvolvimento se separaram gradualmente – o que custou caro ao regime, pois não dispunha de quadros qualificados em número suficiente para assumir as instituições. O problema potencializou a dependência do regime (bem como sua atração por) em relação à mobilização de massa e ao fanatismo.

A esse empurrãozinho nacional na direção do totalitarismo, somou-se uma dinâmica regional, também contingente: as revoltas árabes estimularam a renovação de esperanças até então dormentes nos círculos islamistas. Com exceção de pequenos grupos de liberais, à direita, e radicais, à esquerda, os islamistas turcos sempre sonharam em reviver o Império Otomano. Os líderes do Partido da Justiça e Desenvolvimento abaixaram o tom de sua militância na década passada por causa de uma combinação de pragmatismo político e possibilidade de outros ganhos políticos e econômicos, mas entre 2011 e 2013 as malcontidas ambições imperiais do partido inflaram-se, eventualmente saindo de controle.

Os apoiadores liberais e ocidentais do partido esperavam que suas antigas inclinações imperiais pudessem ser institucionalizadas sob a forma de uma abordagem “soft power”, uma via prometida pelas duas doutrinas do ex-acadêmico, chanceler e, então, primeiro-ministro Ahmed Davutoglu



(as doutrinas de “Nenhum Problema com os Vizinhos” e de “Profundidade Estratégica”). Inicialmente, as revoltas árabes pareceram fortalecer os esforços de Davutoglu, mas ele acabou sendo expulso em 2016. Por que? Por causa da personalidade de Erdogan? Na verdade, não. Se o regime tivesse conseguido capitalizar tanto quanto esperava a Primavera Árabe, não teria abandonado a abordagem *soft power*. Do mesmo modo que outras potências capitalistas em expansão, o complexo governo-negócios turco buscava aumentar sua fatia nos mercados estrangeiros. Mas, por causa de conflitos com os trabalhadores, fragmentação política e, ainda, guerras civis e intervenções militares, Egito, Líbia e Síria – os alvos árabes mais óbvios para os capitalistas turcos – não tinham um clima muito bom para os negócios. Esses gargalos geopolíticos/socioeconômicos, combinados a um mercado mundial em contração, restringiram a expansão dos negócios. O regime dispunha agora de muito menos dinheiro para distribuir entre sua base – o que lhe criou problemas no setor de negócios islâmico, até então em crescimento, e com os programas de bem-estar, que seguravam o apoio dos pobres urbanos. Podendo apelar menos aos benefícios econômicos, o regime apresentou suas credenciais islâmicas.

Na Síria, os esforços da Turquia para derrotar Assad e abrir caminho para um governo islâmico mais pró-negócios – esforços racionais, do ponto de vista econômico – cederam lugar às tentativas de construir um Estado sunita a qualquer custo. Um erro de cálculo dos turcos contribuiu para o nascimento do Estado Islâmico, que a princípio parecia uma força interessante para contrabalançar os curdos, mas logo solapou a estabilidade, o turismo e o cenário de negócios no oeste e até no sul da Turquia. Além disso, a alegada cooperação entre jihadistas anti-Assad e a única democracia do Oriente Médio fortaleceu as narrativas que apostam na incompatibilidade entre o Islã e a democracia.

O resultado dessas jogadas têm implicações globais. As aventuras da Turquia destruíram a Síria, levaram a uma onda histórica de imigração para a Europa e, logo, ao maior ciclo de mobilização direitista no continente desde a Segunda Guerra. Devido, em parte, ao medo do islamismo militante, a ascensão da direita europeia mandou um recado bem claro para a Turquia: entrar para a União Europeia não é mais uma possibili-

O golpe militar fracassado de 16 de julho de 2016, conduzido pelas mãos de Erdoğan, levou ao aprofundamento do autoritarismo.

dade. Isso já tinha ficado claro em 2006, mas a agenda do partido no governo só se transformou profundamente nos anos 2010, quando a perda das esperanças quanto à integração à Europa passou a interagir com outras dinâmicas anti-liberalizantes. Quando os árabes se levantaram clamando por liberdade (um chamado que as elites turcas esperavam poder manipular em função de suas ambições comerciais e imperiais), os islamistas turcos perderam seu antigo interesse em cortejar a Europa.

> Como o caminho da turquia poderia se repetir em outros lugares

Ainda que algumas dessas dinâmicas sejam peculiares à Turquia, as estruturas mais gerais que têm solapado o liberalismo ao redor do mundo podem acabar criando mais casos como o turco – especialmente porque muitas vezes essas dinâmicas envolvem interações entre (e no interior de) regiões e nações, assim como interações entre processos nacionais e globais. O que é ainda mais importante, a acentuada guinada à direita nos círculos islamistas vem produzindo ecos no Ocidente, incitando não apenas processos de securitização por parte dos governos, mas também a mobilização de direita. É um ciclo vicioso que se apoia, ainda, em outros fundamentos a nível global.

Os dois grandes ciclos de liberalização da história moderna foram desencadeados a nível global. Nos dois períodos, a desintegração foi/é global e local ao mesmo tempo. Nos anos 1920, o aprofundamento do liberalismo clássico levou a uma penetração do liberalismo nos Estados Unidos e na Europa, por um lado, e, por outro, ao surgimento de Estados extremamente repressivos ou a totalitarismos de massa no Oriente. Devido às acanhadas forças sociais e à crescente securitização ao redor do mundo, parece muito improvável que resista algum liberalismo após o iminente colapso contemporâneo.

A não ser que intelectuais, políticos e ativistas consigam construir uma alternativa global, a mobilização de massas poderá criar mais Estados totalitários nos próximos anos, inclusive no Ocidente. A experiência da Turquia fica como alerta a todos nós: revoluções fracassadas frequentemente levam a regimes ainda mais monstruosos. No contexto atual, se agendas políticas e organizações sólidas não se cristalizarem após novas versões de Gezi, Occupy ou Indignados, os custos para todos nós poderão ser muito altos. ■

Contato com Cihan Tuğal <ctugal@berkeley.edu>

> O fim do lulismo e o golpe palaciano no Brasil

Por **Ruy Braga**, Universidade de São Paulo, Brasil e membro do Comitê de Pesquisa da ISA em Movimentos Trabalhistas (RC44)



Golpe parlamentar no Brasil: a câmara vota a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Em geral, as análises da atual crise pela qual atravessa o país costumam enfatizar os “erros” promovidos pelo governo de Dilma Rousseff na condução da política econômica herdada do governo de Lula da Silva. Se bem é verdade que certas decisões políticas do governo federal tenderam a interferir na dinâmica do conflito distributivo brasileiro, parece-nos claro que o foco na regulação política é demasiadamente estreito para iluminar a complexidade da crise atual. Em primeiro lugar, pois estas explicações não são capazes de revelar as modificações na estrutura de classes ocorrida durante a era Lula. Sem mencionar os efeitos da crise econômica internacional, algo que foge totalmente ao escopo deste artigo, elas falham em explicar como a relação entre a regulação política e a acumulação econômica não apenas deixou de pacificar os conflitos classistas, como passou a radicalizá-los.

> O ciclo grevista

Em primeiro lugar, vale destacar que no mundo do trabalho o colapso do armistício entre as classes subalterna e dominante geralmente vem sob a forma de uma onda grevista. E, de fato, de acordo com os últimos dados do Sistema de Acompanhamento de Greves do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (SAG-Dieese), os trabalhadores brasileiros protagonizaram em 2013 uma onda grevista inédita na história do país, somando 2.050 greves. Isto significou um crescimento de 134% em relação ao ano anterior e configurou um novo recorde na série histórica do SAG-Dieese. Assim, o país superou o declínio grevista das últimas duas décadas e o movimento sindical readquiriu certo protagonismo político. Em várias capitais, por exemplo, as greves bancárias tornaram-se rotineiras. Além disso, professores, funcionários públi-

cos, metalúrgicos, operários da construção civil, motoristas e cobradores reconciliaram-se com a mobilização sindical entre 2013 e 2015. Um notável protagonismo da esfera privada tornou-se saliente, consolidando a tendência iniciada em 2012.

Proporcionalmente, as greves da esfera privada representaram 54% do total, superando as greves da esfera pública. Aqui, vale destacar a verdadeira explosão de greves ocorrida no domínio que acantona com mais frequência os grupos de trabalhadores não qualificados ou semiquualificados, terceirizados, sub-remunerados, submetidos a contratos precários de trabalho e mais distantes de certos direitos trabalhistas, isto é, o setor de serviços privados. Além disso, é possível notar uma tendência semelhante quando observamos os trabalhadores do serviço público. Tanto em termos de administração direta quanto em relação às empresas estatais, o aumento mais expressivo das greves deu-se nos municípios.

Nesse sentido, a atividade sindical ampliou-se para categorias diferentes daquelas já tradicionalmente mobilizadas. Aqui também a atividade grevista avançou na direção dos grupos de trabalhadores mais precarizados da administração pública, isto é, os trabalhadores municipais. Em termos gerais, considerando tanto a esfera privada quanto a pública, é possível identificar uma expansão do movimento do centro para a periferia em uma espécie de transbordamento grevista que revela uma forte aproximação do precariado urbano em relação à mobilização sindical.

Diante da magnitude deste ciclo grevista, desconfio que, entre as várias explicações para a atual crise política, talvez a mais subestimada seja essa: as classes dominantes simplesmente não precisam de uma burocracia sindical incapaz de controlar suas próprias bases. Sobretudo, no momento em que o único projeto realmente crível para os dominantes consiste em restaurar a acumulação capitalista aprofundando a espoliação social por meio do ataque aos direitos dos trabalhadores.

O atual ciclo grevista e as vicissitudes enfrentadas pelas classes subalternas brasileiras em seu modo de vida precário são duas faces reveladoras dos limites e das ambiguidades inerentes ao projeto lulista. Compreender as contradições deste projeto implica analisar os limites da hegemonia precária reproduzida pelo Partido dos Trabalhadores nos últimos treze anos.

> A hegemonia precária

Entendida como um *modo de regulação* dos conflitos classistas, o lulismo como uma relação social hegemônica apoiou-se na articulação de duas formas distintas, porém complementares, de consentimento, cujo produto foi a construção por uma década de uma relativa pacificação social no país. Por um lado, é necessário caracterizar o *consentimento passivo* das classes subalternas ao projeto de governo liderado pela burocracia sindical que durante o período de expansão do ciclo econômico soube garantir modestas, porém efetivas, concessões aos trabalhadores.

O *subproletariado semi-rural* acantonado nos grotões foi beneficiado pelo Programa Bolsa Família (PBF), passando da extrema pobreza para a pobreza oficial. O precariado urbano deixou-se seduzir pelos aumentos do salário mínimo acima da inflação e pela formalização do mercado de trabalho com a criação de empregos. O *proletariado sindicalmente* organizado beneficiou-se do mercado de trabalho aquecido alcançando negociações coletivas vantajosas tanto em

termos salariais quanto em benefícios trabalhistas¹.

Ao menos até a eleição presidencial de 2014, a combinação de políticas públicas redistributivas, criação de empregos formais e acesso popular ao crédito promoveu uma discreta desconcentração de renda entre aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho. Em um país mundialmente conhecido por suas desigualdades sociais, este pequeno avanço foi suficientemente forte para sedimentar o consentimento dos subalternos à regulação lulista.

Ademais, o projeto de governo petista soube combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças dos movimentos sociais e de setores médios intelectualizados, criando as bases para um *consentimento ativo* ao lulismo cujo lócus é o aparelho de Estado. Além da absorção de milhares de sindicalistas às funções de assessoria parlamentar, cargos em ministérios e chefias de empresas estatais, parte da burocracia sindical ascendeu a posições estratégicas nos conselhos dos grandes fundos de pensão das estatais administrados como fundos de investimento, assumindo, em acréscimo, posições nos conselhos gestores do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Assim, o sindicalismo lulista transformou-se não apenas em um ativo administrador do Estado burguês, mas em um ator-chave da arbitragem do próprio investimento capitalista no país. Ocorre que se este poder político-administrativo não assume a forma da propriedade privada de capital, a posição social privilegiada da burocracia sindical não se cristaliza, dependente que é do controle do aparelho político. E para reproduzir este controle, ela deve ser capaz de acomodar os interesses tanto de seus aliados históricos – setores médios da própria burocracia, pequena burguesia intelectualizada... – quanto de seus adversários – camadas burocráticas hostis, grupos sectários com interesses corporativistas... – no interior do

aparelho de Estado.

Ainda que com grandes dificuldades decorrentes da assimilação do petismo às regras antidemocráticas do jogo eleitoral brasileiro e da tentativa do primeiro governo de Lula da Silva em romper com os esquemas do presidencialismo de coalizão por meio da compra direta de apoio político no parlamento, a hegemonia lulista alcançou até 2014 notável êxito em reproduzir tanto o *consentimento passivo* das massas quanto o *consentimento ativo* das direções.

> As contradições do lulismo

Durante o ciclo expansivo da economia, no entanto, certas contradições sociais foram se acumulando, preparando a reviravolta atual. Apesar do aumento impressionante do assalariamento formal ocorrido na última década, em média, 94% do emprego criado pagava até 1,5 salário mínimo. Já em ritmo de desaceleração, em 2014, cerca de 97,5% do emprego criado pagava este mesmo valor. Além disso, os postos criados foram ocupados majoritariamente por mulheres, jovens e negros. Ou seja, aqueles trabalhadores que tradicionalmente recebem menos e são mais discriminados no mercado de trabalho.

Vale destacar que, ano após ano, o número de acidentes e mortes no trabalho cresceu e a taxa de rotatividade do emprego aumentou, dois indicadores claros de deterioração da qualidade do trabalho. O aprofundamento da crise econômica e a guinada rumo à política de austeridade do segundo governo de Dilma Rousseff aprofundaram as tendências regressivas do modelo, obrigando o proletariado sindicalizado a permanecer ativo nas greves.

Vale lembrar que, apesar de titubeante, foi o apoio do proletariado precarizado que garantiu a vitória de Dilma Rousseff no segundo turno da eleição de 2015. No entanto, este apoio estava condicionado à manutenção do emprego formal, ainda que de baixa qualidade. A contração

cíclica impulsionada pelos cortes dos gastos federais elevou o desemprego (segundo a última Pesquisa Mensal de Amostras por Domicílio Contínua, a taxa de desemprego subiu de 7,9% para 10,2% nos últimos doze meses) e atingiu em cheio tanto o precariado urbano quanto o proletariado organizado sindicalmente.

Por outro lado, os setores médios tradicionais, alguns deles, inclusive, aliados do PT e da CUT até o escândalo do “Mensalão”, evoluíram rumo a uma agenda econômica e política marcadamente direitista. Não é difícil imaginar as razões. O progresso da formalização do emprego encareceu o trabalho doméstico. O mercado de trabalho aquecido impulsionou a inflação dos serviços. O aumento do consumo de massas fez com que os trabalhadores “invadissem” espaços antes reservados às classes médias tradicionais, como *shopping centers* e aeroportos, por exemplo.

Finalmente, o aumento da oferta de vagas em universidades privadas e de baixa qualidade para filhos de trabalhadores aumentou a concorrência por empregos que pagam mais do que 1,5 salário mínimo. Quando o escândalo do “Petrolão” passou a monopolizar o noticiário, a insatisfação das classes médias tradicionais explodiu em uma gigantesca onda de protesto monopolizada por uma pauta política reacionária.

Assim, o colapso da base de sustentação do governo Dilma Rousseff no Congresso Nacional é apenas a face mais visível de uma crise orgânica cujas raízes encontram-se na própria estrutura social de um país que vive há dois anos em recessão econômica. O modelo de desenvolvimento brasileiro apoiado na criação de empregos precários e na desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho já não é capaz nem de garantir os lucros das empresas, nem o consentimento dos subalternos.



O ex-presidente Lula e a Presidente cassada Dilma Rousseff, líderes do Partido dos Trabalhadores, que governou o Brasil durante treze anos.

> O golpe palaciano

Diante do agravamento da crise internacional, os principais grupos empresariais brasileiros, tendo os bancos privados à frente, passaram a exigir do governo federal um aprofundamento da estratégia de austeridade. Em suma, para as grandes empresas é necessário aprofundar o ajuste recessivo, aumentar o desemprego e conter o atual ciclo grevista, a fim de impor uma série de reformas antipopulares, como a da previdência e a trabalhista.

Trata-se de um projeto que se alimentou dos recuos do atual governo. O ajuste fiscal aplicado no início do segundo mandato de Dilma traiu a expectativa dos 53 milhões de eleitores que foram seduzidos pelas promessas de sua campanha de manutenção dos empregos e dos direitos trabalhistas. À crise de popularidade do segundo governo de Dilma somou-se o descontentamento dos setores médios tradicionais insatisfeitos com a diminuição das desigualdades entre as classes sociais. Quando a operação Lava Jato da Polícia Federal decidiu focar exclusivamente nos políticos petistas envolvidos com os esquemas de corrupção na Petrobras, estes setores foram às ruas exigir a queda do governo.

Esta mobilização estimulou a adesão dos derrotados em 2014 ao processo de impeachment. Negociações entre o PSDB e o PMDB intensificaram-se e convergiram para o documento “Uma

ponte para o futuro” cuja essência consiste em garantir o pagamento dos juros da dívida pública aos bancos às custas dos gastos com educação, saúde e com os programas sociais do governo.

Aqui, vale destacar que as forças golpistas derrubaram o governo não pelo que Dilma Rousseff concedeu aos setores populares, mas, por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical que exigiria alterar a Constituição Federal, uma reforma previdenciária regressiva e o fim da proteção trabalhista. Ocorre que, do outro lado da atual crise, os sindicatos, em sua maioria, controlados pelo PT, ainda protagonizam um histórico ciclo grevista.

Assim, criou-se no Brasil uma situação de impasse em que o golpe de Estado encontrará forte resistência popular e deverá evoluir, conforme as medidas regressivas assumidas por um governo ilegítimo sejam adotadas, para uma inédita intensificação das lutas sociais. ■

Contato com Ruy Braga
<ruy.braga@uol.com.br>

¹ Sobre o comportamento destas três frações das classes subalternas brasileiras na última década, ver: André Singer. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo, Companhia das Letras, 2012; Ruy Braga. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012; e Roberto Vêras de Oliveira, Maria Aparecida Bridi e Marcos Ferraz. O sindicalismo na Era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares. Belo Horizonte, Fino Traço, 2014.

> A política trabalhista e o retorno do neoliberalismo na argentina

Por **Rodolfo Elbert**, Conicet e da Universidade de Buenos Aires, Argentina e membro do Comitê de Pesquisa da ISA sobre Movimentos do Trabalho (RC44)



Trabalhadores protestam contra demissões em empresas industriais localizadas no norte da grande Buenos Aires. Foto por Sebastián Lineros.

governo, a fragmentação social que caracterizou o que Ruy Braga chamou de “hegemonia precária”, contribuiu para a derrota eleitoral. A resistência à ofensiva neoliberal precisa incluir as bases dos mesmos sindicatos que lutaram contra a insegurança econômica durante o governo *Kirchnerista*.

No final dos anos 2000, enquanto a maioria do mundo começava a sair da crise financeira de 2008, a Argentina experimentava um tipo diferente de renascimento: um novo movimento de “sindicalismo de base” (fundamentado no sindicalismo democrático) parecia prenunciar uma revitalização surpreendente do trabalho, dez anos após a crise econômica da Argentina de 2001-2002 ter aparecido para anunciar o fim do orgulhoso movimento sindical do país. Em um bairro pobre no norte da grande Buenos Aires, conhecido como *Los Tilos*, por exemplo, os vizinhos organizaram uma ocupação de terra para exigir uma melhor infraestrutura e moradias, e insistir que as empresas parassem de poluir um rio próximo. Apesar da proximidade do bairro a uma área industrial, a maioria de seus moradores estava desempregada ou trabalhava na “economia informal”.

Surpreendentemente, os protestos de *Los Tilos*, em 2010, receberam um forte apoio dos sindicatos das proximidades que representavam os trabalhadores do setor formal, a maioria empregada em empresas industriais próximas. Como parte da revitalização do trabalho, o ativismo em muitas empresas industriais do norte da Grande Buenos Aires era liderado por bases sindicais democráticas. Mas, mesmo assim, a maioria dos sindicatos nacionais ainda era presidida por líderes burocráticos tradicionais, aliados ao governo *Kirchnerista*, que assumiu o governo em 2003. Em geral, esses sindicatos burocráticos adotaram uma estratégia de exclusão, raramente mostrando solidariedade em relação às lutas por sobrevivência dos pobres urbanos e, muitas vezes, permitindo que os empregadores contratassem trabalhadores vulneráveis em condições precárias, desde que os trabalhadores principais recebessem salários mais elevados.

Em 22 de Novembro de 2015, os argentinos elegeram Mauricio Macri como presidente para o período de 2015 a 2019, por uma margem de menos de três por cento. A derrota do candidato peronista Daniel Scioli por Macri marcou o fim da longa década *Kirchnerista*, de 2003 a 2015: após um período de crescente intervenção do Estado na economia e limitada redistribuição da riqueza, um candidato de centro-direita, com um discurso anti-corrupção agora lidera a Argentina.

As explicações para esse triunfo concentraram-se em uma mobilização anti-populista da classe média urbana e na economia estagnada da Argentina, mas qualquer explicação sobre a derrota também precisa incluir alguma discussão sobre as mudanças de política para os trabalhadores industriais. As sementes da crise do regime *Kirchnerista* podem ser encontradas em sua combinação paradoxal de progressiva distribuição de riqueza e fragmentação persistente da classe trabalhadora. Por meio de sua aliança com os *Kirchner*, a antiga burocracia sindical da Argentina ajudou a construir uma cidadania industrial fragmentada, enquanto a base dos sindicatos de esquerda mobilizaram resistência às desigualdades persistentes. Uma vez que a estagnação da economia corroeu a base dos limitados programas redistributivos do

Mas o movimento operário popular que surgiu no final da década de 2000 era diferente: os sindicatos de esquerda procuraram unificar as lutas dos trabalhadores precários e não precários dentro do local de trabalho, para eliminar contratos precários e incorporar todos os trabalhadores com direitos iguais.

O que estava por trás desse surpreendente novo ressurgimento do trabalho? Paradoxalmente, a economia política pós-neoliberal da Argentina produziu uma cidadania industrial excepcionalmente fragmentada, sustentada pelos sindicatos burocráticos. Após a desastrosa crise econômica e social em 2001-2002, a economia da Argentina começou a crescer à medida que os preços de seus principais produtos de exportação começaram a subir. No contexto de rápido crescimento, o governo peronista foi capaz de aumentar os impostos sobre as exportações agrícolas, estimular a criação de emprego através da expansão do mercado interno e apoiar acordos de negociação coletiva para os sindicatos estabelecidos.

Uma drástica redução do desemprego e o aumento dos salários reais, juntamente com o aumento dos subsídios aos serviços públicos e de novas políticas sociais voltadas aos cidadãos mais pobres, resultou na expansão do consumo entre as classes populares. Em termos de estrutura ocupacional, esse padrão de crescimento econômico aumentou o peso relativo dos trabalhadores assalariados da indústria na força de trabalho total.

No entanto, essa política redistributiva tinha seus limites. O capital era cada vez mais concentrado com a expansão da economia, ao passo que as grandes empresas nacionais e multinacionais aumentavam sua taxa de lucro. Os trabalhadores, por outro lado, enfrentavam a alta informalidade do trabalho e precariedade do emprego. De acordo com o *Banco de Dados Sócio-Econômicos para a América Latina e o Caribe* (<http://sedlac.econo.unlp.edu.ar>), até 2010, um total de 45,5 por cento da força de trabalho ativa da Argentina estava informalmente empregada - uma melhoria em relação à situação da crise econômica da década anterior, mas uma fonte significativa de insegurança de emprego e renda para as famílias de baixa renda.

Em 2010, o governo de Cristina Kirchner ainda estava encontrando seu caminho para sair do colapso neoliberal da Argentina, através da combinação da limitada redistribuição de riqueza com a persistente fragmentação da classe trabalhadora. Mas após alguns anos, a economia argentina começou a sentir o impacto total da crise financeira global. Os preços das *commodities* globais caíram, e o governo lutou para manter os seus limitados programas redistributivos. Em 2011, a elite política Peronista abandonou sua aliança política com um segmento de sindicatos burocráticos, recusando-se a tolerar as ambições políticas do secretário nacional da CGT (Confederação Geral do Trabalho). A coalizão

econômica e política que emergiu da crise da década anterior começou a se desgastar nas bordas.

Em 2014, a desvalorização do peso argentino e as pressões inflacionárias produziram um aumento indiscutível da pobreza e declínio dos salários reais. Com a erosão da precária hegemonia do governo, o candidato Peronista Daniel Scioli perdeu a eleição presidencial de 2015 para o candidato de direita Mauricio Macri.

Durante seus primeiros seis meses no cargo, a abordagem de Macri pode ser melhor descrita como um retorno à tentativa neoliberal da Argentina. O governo impôs uma série de reformas pró-mercado, incluindo demissões em massa de agências governamentais e cortes em importantes subsídios de utilidade pública, tais como aqueles anteriormente aplicados à eletricidade e ao abastecimento de água. A desvalorização do peso fez com que a maioria dos salários não pudesse seguir o ritmo corrente da inflação de bens de consumo, o que levou (como em 2014) a um aumento drástico da pobreza. Junto com a aprovação de novas medidas anti-trabalhistas agressivas, o governo reduziu os impostos sobre as exportações agrícolas e mineração. Houve um protesto nacional contra as demissões em 29 de abril, mas nenhuma outra ação de dimensão nacional desde então.

No entanto, apesar de clara orientação anti-trabalhista do governo, os líderes trabalhistas nacionais parecem estar mais preocupados em preservar o poder institucional de seus sindicatos - e mais preocupados com julgamentos pessoais de corrupção do que em defender os direitos trabalhistas dos trabalhadores.

O que vai acontecer com o movimento ainda nascente dos sindicatos de base que enfrentaram a informalidade e a precariedade durante o período *Kirchnerista*? É possível que as maiores parcelas da classe trabalhadora apoiem uma estratégia de solidariedade em relação aos trabalhadores informais e precários no futuro próximo? É muito cedo para dizer, mas um olhar para o passado recente pode ajudar. No final dos anos 2000, mesmo em um ambiente desfavorável de degradação do trabalho e dos sindicatos burocráticos, alguns dos sindicatos de base da Argentina conseguiram forjar alianças bem-sucedidas com diferentes frações da classe trabalhadora. Embora essas uniões tenham confrontado maiores desafios quando tentaram escalar a solidariedade ao nível nacional, parece claro que a capacidade do movimento dos trabalhadores em enfrentar o retorno neoliberal dependerá desse tipo de estratégia. A alternativa parece ser de líderes trabalhistas ansiosos em cumprir uma nova rodada de reformas pró-mercado - um cumprimento que só poderia vir com um custo cada vez pior para o empobrecimento dos trabalhadores da Argentina. ■

Contato com Rodolfo Elbert <elbert.rodolfo@gmail.com>

> A direita americana: sua história profunda

Por **Arlie Russell Hochschild**, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA



Donald Trump em campanha eleitoral.

Como em grande parte da Europa, Índia, China e Rússia, a direita política americana está em movimento. Em alguns aspectos, o salto da esquerda cultural americana – com um primeiro presidente negro, uma mulher em potencial, o casamento gay – pode obscurecer essa ascensão. Mas ela está lá. Ao longo das últimas décadas, as vozes conservadoras têm se tornado mais altas: o canal de televisão a cabo mais popular e os programas diários de entrevista no rádio mais populares têm forte conotação à direita. Ambas as casas do Congresso federal em Washington estão em mãos republicanas. Os republicanos também controlam muito mais câmaras legislativas estaduais do que os democratas, e mais governos estaduais. Em 23 dos 50 estados do país, os republicanos controlam ambas as casas do legislativo e o governo estadual; o número correspondente aos democratas é de sete. Cerca de vinte por cento dos americanos – 45 milhões de pessoas – atualmente apoiam

avidamente o Tea Party, movimento contra impostos, e nos últimos meses, o candidato presidencial republicano nativista e populista, Donald Trump ganhou o maior percentual de votos republicanos em primárias da história.

O que distingue a direita norte-americana de suas equivalentes em outros lugares é o ódio ao governo federal. A direita exige cortes nos benefícios governamentais: o seguro-desemprego, o Medicaid (o sistema público de saúde), o financiamento universitário, a merenda escolar e muito mais. Os principais líderes republicanos pediram a eliminação de setores completos do governo federal – Educação, Energia, Comércio e Interior. Em 2015, 58 republicanos votaram a favor da abolição da Receita Federal. Alguns têm mesmo defendido abolir todas as escolas públicas.

As bases de apoio desses líderes sentem-se frustradas e irritadas com o governo. A grande questão que me levou a iniciar um estudo etnográfico de cinco anos em Louisiana – parte do

coração da Direita Americana – foi, por quê? Desde que comecei as entrevistas para o meu livro, *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right* [Estrangeiros em sua própria terra: Raiva e Luto na Direita Americana]¹, o quebra-cabeça só cresceu. O segundo estado mais pobre do país, a Louisiana, tem proporcionalmente mais escolas deficientes, e mais habitantes doentes e obesos, que quase qualquer estado do país. Por isso, necessita – e recebe – ajuda federal; 44 por cento do orçamento do estado vem do governo federal. Então, eu me perguntava por que havia tantos raivosos adeptos ao Tea Party? E como é que a raiva – ou qualquer emoção – constitui a base da política?

Enquanto muitos analistas abordam essas questões de fora da experiência pessoal de indivíduos de direita, eu queria entender a experiência de dentro. Então, eu participei das reuniões das Mulheres Republicanas do Sudoeste da Louisiana, de missas e de comícios políticos. Pedi às pessoas que



me mostrassem onde tinham crescido, ido à escola, onde seus pais foram enterrados. Eu folheei os anuários escolares de meus novos amigos da Louisiana, joguei cartas e fui pescar com eles. No total, eu entrevistei 60 pessoas - 40 delas brancas, mais velhas, apoiadoras cristãs do Tea Party. Reuni mais de 4.600 páginas de entrevistas transcritas e notas de campo.

Eu também persisti em um método. Primeiro eu escutava. Então, eu elaborava uma representação metafórica de suas experiências, despojada de julgamento e de fatos, uma descrição de como seria o que eu chamo de "história profunda". Subjacente a todas as nossas crenças políticas, está uma história, creio eu. Nesse caso, ela é assim:

Você está pacientemente parado no meio de uma longa fila que conduz a uma montanha, como em uma peregrinação. Os demais, ao seu lado, parecem com você - brancos, mais velhos, cristãos, predominantemente do sexo masculino. Logo acima do cume da montanha está o sonho americano, o objetivo de todos na fila. Então, olhe! De repente, você vê as pessoas furando a fila na sua frente! Conforme eles furam, você parece estar ficando para trás. Como só eles podem fazer isso? Quem são eles?

Muitos são negros. Através de programas federais de ação afirmativa, eles têm preferência em lugares nas faculdades e universidades, estágios, empregos, pagamentos da previdência social e programas de alimentação gratuita. Outros estão furando na sua frente também - as mulheres arrogantes buscando anteriormente empregos exclusivamente masculinos, imigrantes, refugiados e um número crescente de trabalhadores do setor público com altos salários, pagos com os dólares de seus impostos. Onde isso vai parar?

Enquanto você espera imóvel nessa fila, pede-se para você sentir pena de todos eles. As pessoas reclamam: Racismo, Discriminação, Sexismo.

Você ouve histórias de negros oprimidos, mulheres dominadas, imigrantes cansados, gays enrustidos, refugiados desesperados. Mas em algum ponto, você diz para si mesmo, você tem que fechar as fronteiras à compaixão humana - especialmente se existir algum entre eles que possa lhe trazer prejuízos.

Você é uma pessoa compassiva. Mas agora pediram para você estender sua compaixão a todas as pessoas que furaram a fila na sua frente. Você já sofreu uma boa cota sozinho, mas você não está reclamando ou pedindo ajuda, você está orgulhoso de dizer. Você acredita na igualdade de direitos. Mas e seus próprios direitos? Eles não contam também? É injusto.

Então você vê um presidente negro com o nome do meio Hussein, acenando para os furadores de fila. Ele está do lado deles, não do seu. Ele é o presidente deles, não o seu. E não é que ele é um fura fila também? Como poderia o filho de uma mãe solteira lutar para pagar Columbia e Harvard? Talvez algo tenha acontecido em segredo. E não estão o presidente e seus aliados liberais usando o seu dinheiro para ajudar a eles mesmos? Você quer desligar a máquina - o governo federal - que ele e os liberais estão usando para empurrá-lo para o fim da fila.

Voltei aos meus entrevistados para perguntar se essa história profunda descrevia seus sentimentos. Enquanto alguns alteraram a história aqui ou ali ("por isso, entramos em outra fila..." ou "é nosso dinheiro que ele está jogando fora..."), todos eles reivindicaram a história como a sua própria. Um deles me disse "Eu vivo a sua metáfora". Outro disse: "Você leu minha mente".

O que aconteceu para fazer esse ciclo histórico verdadeiro? Em uma palavra, a perda da honra. Os apoiadores do Tea Party que conheci geralmente não eram pobres, mas muitos tinham crescido na pobreza, e tinham visto familiares e amigos afundar de volta a ela. Mas a riqueza não era a única fonte

de bem-estar e honra. Como brancos, cristãos, heterossexuais, muitos também descreveram seus temores em relação a um declínio demográfico ("Há menos pessoas como nós", uma mulher me disse), ou de se tornar uma minoria religiosa ("As pessoas não estão mais nas igrejas", "Você não pode dizer Feliz Natal, você tem que dizer Boas Festas"). Alguns se sentem como uma minoria cultural ("Nós somos um povo de vida limpa, pessoas que seguem as regras, mas somos vistos como sexistas, homofóbicos, racistas, ignorantes - todos os rótulos que os liberais têm para nós"). Se eles se voltam para a honra de seu amado lar, muitas vezes no centro-oeste rural ou no sul, alguns se sentem rebaixados a "rednecks" [caipiras]. Atrás da história profunda, então, está a perda de sua honra em muitos aspectos - uma honra reprimida.

Uma história profunda descreve a dor (outros furando fila à sua frente). Descreve a culpa (um governo mal-intencionado). E aponta para o resgate (política do Tea Party). Também fornece um sistema de responsabilização emocional, estabelece quanta compaixão deve-se ter em relação àqueles que esperam ou cortam a fila, quanta desconfiança deve-se ter em relação ao governo, ou quanto os beneficiários do governo devem se envergonhar. Esse sistema torna-se um fundamento para perceber as regras² - que estabelecem o que acreditamos que "devemos e não devemos" sentir - atualmente o ponto chave da aquecida batalha política. Explícita ou implicitamente, a maioria dos serviços exige que os trabalhadores permaneçam vendo sentido em cumprir regras ("É errado ficar bravo com o cliente, ele sempre está certo"). Trabalhadores aprendem a gerir os seus sentimentos nos treinamentos, e os supervisores monitoram o quão bem eles fazem isso. Da mesma forma, as ideologias políticas carregam o sentido das regras. Os líderes orientam a empatia, desconfiança, culpa, vergonha e os apresentadores e de programas de entrevista na rádio propagam a mensagem que as comunidades locais e eletrônicas monitoram através dos comentários.

A esquerda e a direita respeitam conjuntos cada vez mais divergentes de regras dos sentimentos. Em geral, a esquerda clama por compaixão em relação aos grupos menos favorecidos, que são vistos como merecedores da ajuda do governo, a direita não o faz. A esquerda pede confiança em relação a essa parte do governo, a direita suspeita e insulta. A esquerda atribui dignidade e direito ao recebimento de ajuda do governo, a direita atribui grande vergonha a isso.

Na batalha cultural entre esses dois códigos, os adeptos do Tea Party que estudei se sentiam dominados pelo sentido das regras da esquerda e amargamente ressentidos. “Chega de Politicamente Correto”, Donald Trump muitas vezes gritou, ecoando um sentimento inflexível mantido pela direita. Um homem me disse: *“Os liberais querem que a gente sinta pena de imigrantes e refugiados. Mas, na maioria das vezes, eu vejo um monte de gente dizendo pobre de mim, pobre de mim, pobre de mim...”* Outro disse: *“Os liberais obtêm algo do governo e nós não - e estou feliz de não tomar algo se eu não estou precisando. Mas eles querem que a gente se sinta grato pelo que eles estão recebendo.”* E muitos atribuem grande vergonha em relação à obtenção de ajuda do governo, e sentem desprezo em relação aos trapaceiros. *“Eu sei de caras que se colocam como desempregados durante a temporada de caça.”* Ou, *“Um monte de pessoas no estacionamento de trailer no parque alega ter alguma deficiência por ter tido convulsões. Eu não sei como elas mantêm a cabeça erigida. Mas elas o fazem, e o governo as incentiva.”* A maioria dos apoiadores do Tea Party resistiu fortemente à ideia de que alguém deveria sentir compaixão pelos que fura fila, gratidão em relação ao governo, ou alívio da vergonha em conseguir uma “mãozinha do governo.”

Mas nem todo mundo com quem falei concordou. Na verdade, era como se fossem duas facções de pessoas que entrevistei ouvindo finais diferentes para a história profunda. Os apoiadores

tradicionais do Tea Party queriam cortar tanto a prática de furar fila, quanto os benefícios do governo. Os seguidores de Donald Trump, por outro lado, queriam manter os benefícios do governo e remover a vergonha do ato de recebê-los - mas restringir esses benefícios, implicitamente, a americanos nativos, de preferência brancos.

Os pronunciamentos de Trump têm sido vagos e inconstantes, mas os especialistas notaram que ele não reivindicou cortes para o Medicaid. Ao contrário, ele planeja, diz ele, substituir o *Obamacare*, que estende a cobertura médica para os não assegurados, por um novo programa que será “fantástico”. Significativa, também, é a distribuição de vergonha de Trump. Embora ele tenha menosprezado o herói ex-POW John McCain, um jornalista com necessidades especiais, uma mulher comentarista da Fox News, os mexicanos indocumentados, um juiz norte-americano com ascendência mexicana, todos os muçulmanos, e todos os seus adversários republicanos, ele nunca atribuiu vergonha aos beneficiários do Medicaid ou de auxílio-alimentação.

Mas a fim de legitimar o bem-estar social para os homens brancos, Trump teve de masculinizar o ato de recebê-lo. Essa pode ser uma fonte secreta e potente do apelo de Trump. Ele aplaude homens que disputam, que possuem armas, que permanecem firmes, que agem como machos. A maioria dos beneficiários da previdência social são mulheres, crianças e homens de cor. Mas há muitos homens brancos pobres, ou quase pobres ou com medo de se tornar pobres. Se tal homem precisa disso, Trump sugere que obter um benefício do governo pode ser coisa para um cara para fazer. Você pode colar um adesivo de arma em sua picape, começar brigas, ser macho, sugere Trump, e também se inscrever para o seguro desemprego ou auxílio-alimentação- livre de estigmas.

É importante ressaltar que muitos dos homens brancos operários seguidores de Trump enfrentam o mesmo

destino econômico sombrio anteriormente enfrentado por negros: empregos desaparecendo, baixos salários, evidência do desespero. Entre esses homens, há proporcionalmente mais pais solteiros do que entre os homens brancos ricos, mais divórcios, mais filhos, e tempos mais difíceis. Se eles não estão no Medicaid agora, eles poderão estar no futuro - e, assim, enfrentarão a contradição de que necessitam muito da ajuda do governo, que a direita, e eles próprios, há muito desacreditam. O desprendimento em relação ao bem-estar social foi um marcador de status chave, distinguindo “homens de verdade” dos “inferiores de verdade.” Em minhas entrevistas com apoiadores de Trump da Louisiana, a fala sobre seu apoio a benefícios do governo não surgiu, pelo menos no início. Mas, questionados sobre a sua visão de um patamar mínimo de segurança para “pessoas normais”, um mecânico de automóveis observou que, *“Trump não é contra isso. Se você usar auxílio-alimentação, porque você está trabalhando em um emprego de baixa remuneração, você não quer alguém olhando para você de nariz empinado”*.

Trump tacitamente absolve os homens brancos operários da vergonha, mas não os homens não-brancos ou não-nativos. Com efeito, em resposta à história profunda, Trump criou um movimento muito parecido com o anti-imigração, mas pró estado de bem-estar social populista e de direita, em ascensão na Grã-Bretanha, Alemanha, França, Áustria e grande parte da Europa Oriental. Todos esses movimentos de direita estão, acredito, fundamentados nas variações da história profunda, dos sentimentos que evocam, e das crenças fortes que os protegem. ■

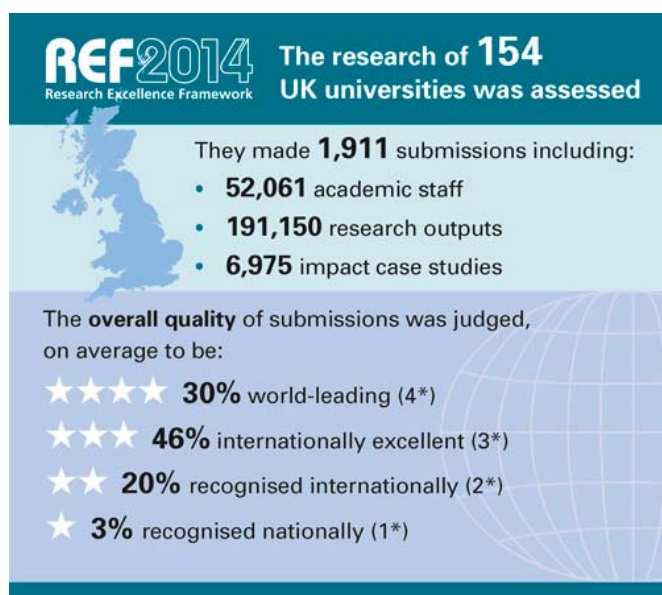
Contato com Arlie Hochschild
<ahochsch@berkeley.edu>

¹ Hochschild, A. (2016) *Strangers in Their Own Land: Anger and Mourning on the American Right*. New York: New Press.

² Ver Hochschild, A. (1983) *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley and Los Angeles: The University of California Press.

> A ascensão da universidade corporativa no Reino Unido

Por **Huw Beynon**, Universidade de Cardiff, Reino Unido



Resumo da apresentação de 2014 à Estrutura de Excelência em Pesquisa [Research Excellence Framework] do Reino Unido.

nacionalmente definido, e cada universidade recebia um financiamento adequado com base em várias fórmulas. Era geralmente reconhecido como um sistema de “elite”: apenas dez por cento passava pelo ensino superior, enquanto a maioria dos adultos jovens passava por um complexo sistema de ensino técnico e profissional, de aprendizes e formação “no trabalho”.

Sob o governo Thatcher, no entanto, a destruição do setor manufatureiro britânico deu origem ao falado renascimento através da “economia do conhecimento”, levando Blair a enfatizar a “educação, educação, educação”, enquanto argumentava que 50 por cento das crianças da Grã-Bretanha deveriam ir à universidade. Dessa forma, e em grande velocidade, as universidades se tornaram uma parte essencial da estratégia econômica do governo - uma mudança deixou isso claro quando a responsabilidade em relação ao ensino superior foi transferida para o Departamento de Comércio e Indústria. Hoje, essa responsabilidade é do Departamento de Negócios, Inovação e Habilidades, cujo relatório do governo mais recente - *O Sucesso Como uma Economia do Conhecimento: Ensino de Excelência, Mobilidade Social e a Escolha do Estudante* - revela como uma ideia, uma vez utópica pode fornecer a plataforma ideológica para uma mudança reacionária.

Essa mudança estratégica foi facilitada por uma mudança no financiamento das universidades britânicas, envolvendo um afastamento da centralização no financiamento governamental para um sistema baseado quase inteiramente em anuidades estudantis. Em 1998, as taxas estudantis foram fixadas em £3.000 por ano pelo novo Governo Trabalhista; desde então, as anuidades estudantis aumentaram para £9.000, com novos aumentos previstos. Há variações importantes nas administrações descentralizadas da Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales, mas na Inglaterra, o ensino superior foi ampliado através do acúmulo de dívidas de estudantes, facilitadas por meio de um sistema complexo de

As universidades britânicas estão mudando, de forma tão fundamental que não é fácil prever aonde isso vai acabar. Certamente trabalhar e estudar em uma universidade aqui hoje é uma experiência muito diferente do que teria sido apenas uma década atrás. Stefan Collini recentemente afirmou que “o que nós ainda podemos chamar de universidades estão sendo reformulados como centros de especialização aplicada e formação profissional que são subordinados à ‘estratégia econômica’ de uma sociedade” – um resumo que ecoa a mensagem de despedida de John Holmwood, em 2014, como presidente da Associação Sociológica Britânica. Ele concluiu que o sistema universitário britânico agora “serve a um capitalismo patrimonial renovado e suas desigualdades cada vez maiores.” Os efeitos dessas mudanças sobre a sociologia como disciplina ainda não estão totalmente claros, mas há alguns sinais preocupantes.

> Financiamento: dos financiamentos centrais às anuidades estudantis

Historicamente – isto é, antes dos governos Thatcher e Blair – as universidades britânicas eram organizações filantrópicas quase independentes. O número de estudantes era



empréstimo.

O novo sistema de financiamento tem sido um fator crítico de mudança. As universidades competem entre si por alunos, com consequências pedagógicas importantes: em vez de serem vistos como alunos ou aprendizes, os estudantes são agora os clientes. Talvez, paradoxalmente, a introdução de um “mercado” para os estudantes tem sido acompanhada por várias formas de fiscalização estatal.

Em 2005, o governo Blair substituiu um sistema de trabalho intensivo de Avaliação da Qualidade (algo que tinha tentado melhorar o ensino através de visitas de inspeção e da imposição de procedimentos padronizados nas salas de aula) por uma Pesquisa Estudantil Nacional [*National Student Survey – NSS*] – algo como uma pesquisa do consumidor, que coletava e publicava as avaliações dos alunos de todos os cursos e diplomas estudantis. Esses dados (que incluíam a proporção de estudantes que recebem diplomas de primeira linha) rapidamente foram incorporados às tabelas classificativas das “melhores” universidades, reunidas e publicadas por jornais nacionais.

Atualmente, o governo está planejando melhorar esse sistema de avaliação através da introdução de um conjunto mais complexo de perguntas refletindo uma Estrutura de Excelência de Ensino [*Teaching Excellence Framework – TEF*], que leva em conta a fixação e o emprego dos estudantes graduados, bem como uma avaliação feita pelos alunos. Embora cada uma dessas medidas tenha se demonstrado falível, o governo pretende construir um novo sistema de classificação TEF com base no que “seria de se esperar de taxas com aumentos diferenciados”.

> Da avaliação da pesquisa à excelência da pesquisa

Sob o “antigo” sistema de financiamento, era esperado que a equipe da universidade ensinasse e fizesse pesquisa com uma proporção de 3:2, divisão entre essas atividades. Com financiamento público e equipe acadêmica, os Conselhos de Pesquisa disponibilizavam fundos de pesquisa adicionais através de um competitivo processo de concorrência. O Governo Thatcher, já preocupado com as vozes radicais e críticas nos campi, insistiu em mudar o nome do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais [*Social Sciences Research Council*] para Conselho de Pesquisa Econômico e Social [*Economic and Social Research Council – ESRC*]; ao longo do tempo, essa organização tem sido cada vez mais adaptada às necessidades da economia do Reino Unido. Mais importante, talvez, seja a revisão regular (nominalmente a cada cinco anos) da atividade de pesquisa introduzida dentro dos departamentos universitários: o Exercício de Avaliação de Pesquisa [*Research Assessment Exercise*] que começou informalmente na década de 1980, mas a partir de 1990, teve seu desempenho relacionado ao financiamento da pesquisa futura, quebrando o vínculo com o antigo sistema

baseado em financiamento centralizado.

As repetições posteriores geraram a extensão desse processo de avaliação. Em 2015, uma mudança de nome da Estrutura de Excelência de Ensino [*Teaching Excellence Framework – TEF*] envolveu mais uma mudança radical – incluindo novos esforços para avaliar o “impacto” da pesquisa publicada e os “benefícios demonstráveis (realizados) à economia e à sociedade em geral”, em sentido amplo. Grupos de especialistas iriam “revisar a evidência narrativa apoiada por indicadores adequados, e produzir uma classificação da escala de impactos para cada submissão.” Esses perfis seriam classificados em uma escala, de “liderança mundial” (4*), “excelente internacionalmente” (3*), “reconhecido internacionalmente” (2*) e “reconhecido nacionalmente” (1*).

Com o tempo, então, o processo de monitoramento externo nas universidades mudou da periferia para o centro da discussão das estratégias de pesquisa, com palavras como “estrela” emergente dentro do discurso acadêmico, juntamente com outras palavras fortes como “excelência”, “robusto”, “rigoroso” e “transparente” – construindo uma narrativa aparentemente incontestável, que muitos sociólogos que não deveriam cair nessa, aceitaram. Nesse modo de falar, “Ref” emergiu como um novo substantivo poderoso em departamentos universitários, juntamente com “Referenciável” [*Refable*], “Referenciado” [*Ref-ready*] e coisas semelhantes.

> A universidade corporativa

Essas mudanças são parte de uma estratégia neoliberal poderosa que transformou o setor público britânico; as mudanças que estão ocorrendo no ensino superior são idênticas às que remodelaram o serviço de saúde do país, a arrecadação de impostos, o policiamento e a educação de forma mais geral. As universidades, competindo umas com as outras por estudantes – agora a sua principal fonte de renda – e competindo por posição em várias tabelas classificatórias, têm cada vez mais se comportado como empresas com fins lucrativos do que como organizações filantrópicas.

Os dirigentes das universidades (Vice-reitores) não se vêem como antes, entre iguais, mas sim como Chefes Executivos – pagos como tais, com o seu próprio regime de pensões. Quando o governo conservador atual removeu um pagamento sobre o número de estudantes potencialmente esperados – grandes excedentes – as reservas de caixa ficaram em £6,5 bilhões em 2011 – incentivando as universidades do Reino Unido a seguirem o exemplo dos EUA com vendas de títulos nos mercados financeiros, usados para financiar grandes investimentos em imóveis novos. Muitos nas elites gerenciais vêem esses novos edifícios como representações simbólicas de seu sucesso.

Em busca de mais estudantes (conhecidos como “dinheiro”), as universidades, frustradas pelas restrições aos vistos de estudantes estrangeiros, localizaram grandes campi no

exterior, oferecendo a alguns funcionários ofertas para mudança de carreira que dificilmente podem ser recusadas. Enquanto alguns empreendimentos têm sido bem sucedidos, outros têm sido menos. No final de 2015, a Universidade Aberystwyth gastou meio milhão de libras para abrir um campus nas Ilhas Maurício para estudantes britânicos e internacionais, com a expectativa de proporcionar “novas oportunidades para que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, a estudantes que, de outra forma, não teriam acesso a esses tipos de cursos” – mas, em 2016, apenas 40 alunos estavam matriculados em um campus construído para abrigar 2000. Como um dirigente de universidade aposentado comentou sarcasticamente: *“Essa empreitada é loucura. Seria melhor concentrar seus recursos em pessoal de alta qualidade e atrair mais estudantes nacionais.”*

Tudo isso fala para um setor que está experimentando mudanças estressantes, com implicações reais para as vidas profissionais dos acadêmicos. A nova universidade corporativa tende a ser mais centralizada por cada vice-reitor recém-nomeado, que, determinado a alcançar os objetivos sob as novas disposições, estabelece estruturas de cima para baixo apoiadas por um número crescente de pessoal administrativo. As novas hierarquias administrativas surgem como “pessoal de apoio” técnico e financeiro – anteriormente com base nas escolas, departamentos e centros de pesquisa, mas agora migrando em direção a um escritório central. Cada vez mais, a comunicação é realizada através de e-mail em vez de contato pessoal, e as operações outrora simples, como organizar uma reunião ou reservar uma sala, requerem treinamento e acesso a programas de computador. Conforme a “métrica” se torna uma ferramenta essencial de gestão, reforça a pressão para a padronização, que em muitas universidades tem sido associada a novos sistemas de gestão de desempenho. A remuneração por desempenho também parece estar na agenda – e, mais significativamente, assim também o esforço para mover o pessoal acadêmico para novos contratos, exclusivamente de ensino.

As patologias da administração “burocrática” e do “deslocamento da meta” em estruturas governadas por regras, descritas há muito tempo por Alvin Gouldner, estão agora óbvias nas universidades britânicas, especialmente em esquemas de ensino e de avaliação de pesquisa – a tal ponto que muitas universidades agora alertam estudantes que suas próprias avaliações negativas poderão afetar o seu valor no mercado de trabalho. A proporção de prêmios de ensino é monitorada, com o incentivo para “mais flexibilidade aos melhores”. Ao notar que os estudantes criticam regularmente os cursos por fornecer “feedback” pobres, algumas universidades realizam sessões especiais para explicar aos estudantes quais são os “feedback” e quando eles vão conseguir-los. Na verdade, algumas universidades têm nomeado “Decanos Associados de Feedback”, e alguns membros da equipe foram identificados como “campeões de feedback”.

Essa atividade “lúdica” foi mais avançada em matéria de avaliação de pesquisa. Em 2014, muitas universidades afastaram-se do costume de incluir todos os funcionários na Avaliação de Pesquisa, incluindo, ao invés disso, apenas o pessoal considerado como tendo publicações altamente classificadas e estudos de caso de impacto. Esse resultado – que levou algumas universidades a serem acusadas de “trapaça” – envolveu vários procedimentos de avaliação internos que eram muitas vezes injustos, e raramente colegiados. Hoje, no ciclo que concluirá o processo de avaliação de pesquisa em 2020, muitas universidades já instituíram medidas para monitorar publicações (“resultados” na linguagem de referência) com “Gestores de Pesquisa de Impacto” – todas produzindo uma documentação em uma linguagem complicada e auto referenciada nelas mesmas.

As decisões nessas áreas são invariavelmente tomadas por comitês de alto nível e comunicadas através de e-mails didáticos ou reuniões consultivas entre “conselheiros”. Ao comentar sobre esses desenvolvimentos, o professor Ben Martin, da Universidade de Sussex observou o surgimento do “ressentimento, cinismo e aquiescência mal-humorada”, uma visão confirmada pela última *Times University Workplace Survey* [Pesquisa sobre Local de Trabalho na Universidade], que descobriu que entre acadêmicos que geralmente consideravam seus empregos gratificantes, três quartos deles estavam profundamente desiludidos com os planos para o futuro da sua universidade e os dirigentes superiores. A pesquisa também constatou que metade dos entrevistados acadêmicos está preocupada com demissões relacionadas às métricas baseadas em desempenho. Mais preocupante, talvez, metade dos entrevistados disseram acreditar que as suas instituições têm comprometido os padrões para acesso à graduação em seus esforços em competir por estudantes, e que, como indivíduos, eles se sentem sob pressão para a atribuição de notas mais altas.

Nesse sentido, Charles Turner, professor associado de sociologia na Universidade de Warwick, recentemente listou os seguintes “problemas que estão realmente matando as universidades”: o comprometimento dos vastos recursos que poderiam ser gastos em aquisições para a biblioteca em edifícios novos desnecessários e mal concebidos; a atribuição de diplomas com notas finais de primeira e segunda linha superior para os estudantes que há 20 anos teriam obtido com muita dificuldade um de segunda linha inferior; o uso de administradores para tomar decisões importantes sobre questões de pedagogia; os esforços desesperados para fazer alguns programas de graduação parecerem vocacionais quando eles não são e não podem ser; e a maré interminável de publicações que ninguém no seu perfeito juízo iria querer ler – ou escrever (*The Guardian*, 1 de junho de 2016).

> A mudança do lugar da sociologia

A sociologia surgiu tardiamente como disciplina de uma



graduação dentro das universidades britânicas: apenas três centros viáveis existiam até o início dos anos 1960. Posteriormente, uma ascensão rápida e notável no número de ambos, departamentos e estudantes, colocou a sociologia em uma posição forte nas universidades de hoje. Esse rápido aumento envolveu um elevado grau de “abertura”, com poucas tentativas de estabelecer limites profissionais firmes em torno da disciplina - uma abertura que permitiu ao pensamento sociológico penetrar em muitos campos diferentes. No entanto, uma consequência dessa abertura foi um desvio de algumas especializações para outros campos; bons exemplos são a “sociologia do trabalho” e a “sociologia da educação”, dois pilares do passado agora ensinados nas Escolas de Negócios e Escolas de Educação.

A sociologia mudou de outras maneiras. Depois de fazer progressos radicais no campo do desvio na década de 1960 e 1970, essa especialidade foi reenquadrada como criminologia, um tópico em alta demanda, muitas vezes ensinado em contextos multidisciplinares envolvendo a política social e estudos jurídicos. A saúde e o meio ambiente também são áreas em que a sociologia tem sido capaz de desenvolver cursos aplicados com alta demanda de estudantes. Essas mudanças, junto com a mudança no núcleo da disciplina para abordagens interpretativas e questões de identidade, levaram alguns a sugerir que o poder das estruturas materiais e das restrições está sendo subestimado, enfraquecendo a capacidade da sociologia em responder de forma coerente aos eventos atuais.

Questões similares são colocadas pelos programas de pesquisa atuais de universidades e o funcionamento do REF. A trituração quase robótica do ciclo de avaliação e a necessidade de “quatro notas 3*/4*” tem feito acadêmicos optar cada vez mais por artigos de revistas, em vez de monografias, encurtando o trabalho de campo para se encaixar nas necessidades do processo de avaliação. Alguns acadêmicos têm ajustado suas aspirações a este processo, outros estão desistindo. Muitos têm comentado sobre as consequências para o trabalho etnográfico ou para outras pesquisas que se baseiam nos contatos de longo prazo com as comunidades. Em linhas gerais, o “desempenho” de um assunto específico no REF pode refletir e também afetar a sua posição global e as maneiras como ele é visto dentro de cada universidade. Assim, é desconcertante notar a diminuição do número de submissões em 2014, com apenas 29 departamentos envolvendo 704 funcionários entrando sob a rubrica de “sociologia” (um recorde negativo) em comparação com 62 submissões, envolvendo 1.302 funcionários entrando sob a rubrica de “política social.” Essas proporções, sendo o inverso dos números do campo, refletiram as mudanças nas prioridades de alguns sociólogos em direção a áreas mais aplicadas e às escolhas estratégicas de pesquisa dos comitês centrais

universitários. Como consequência, o painel foi forçado a relatar que só foi capaz de oferecer “uma representação parcial da disciplina.”

O “impacto”, é claro, foi fundamental para esse exercício: porque essa métrica incentiva pesquisadores a trabalhar com agências externas, muitos acadêmicos passaram a acreditar que o trabalho crítico seria excluído ou receberia uma nota baixa. Enquanto ainda pode haver espaço para alguma obra crítica (por exemplo, em relação às questões ambientais), a medida de “impacto” nas ciências sociais implica um forte viés em direção à mudança de política em pequena escala, levando as principais universidades a incentivar ativamente os investigadores a não se arrisquem. O Conselho de Pesquisa [Research Council - ESRC] – ele mesmo objeto de um exame minucioso do governo - mudou propositalmente para concentrar o seu financiamento em torno de importantes grandes prêmios para projetos complexos, muitas vezes envolvendo equipes pan-universitárias. Essa política poderia deixar cada vez mais projetos de menor dimensão à deriva.

Essas mudanças têm evoluído ao longo dos últimos 30 anos. Hoje, parece que estamos perto de um ponto de crise, levantando questões sobre a própria ideia da universidade pública como um centro de engajamento crítico e científico. A política do governo atual parece susceptível à conduzir a criação de novas universidades privadas e intensificar as pressões competitivas sobre todo um amplo setor de ensino superior.

Tudo isso levanta questões difíceis, tanto para o futuro e propósito de universidades quanto para o lugar da sociologia dentro delas. Significativamente, os sociólogos têm apresentado forte resistência em relação a essas mudanças, com John Holmwood liderando um grupo com o objetivo de recuperar a universidade pública no Reino Unido. Sua própria agenda política alternativa, *The Alternative White Paper for Higher Education* [O Relatório Alternativo para o Ensino Superior] foi lançada em uma grande reunião em Londres, em junho. Ele aponta para as ameaças aos estudantes e à pesquisa crítica pela penetração de financiadores com fins lucrativos no setor da Educação Superior, e conclui com uma citação da *Magna Charta Universitatum* de 1988, assinada por 802 universidades de todo o mundo: as universidades são “instituições autônomas”, que “devem ser moralmente e intelectualmente independentes de toda a autoridade política e do poder econômico” – um objetivo que se torna mais importante conforme mais se distancia. ■

Contato com Huw Beynon <beynonh@Cardiff.ac.uk>

> As “guerras da sociologia” no Canadá

Por **Neil McLaughlin**, Universidade McMaster, Canadá, e **Antony Puddephatt**, Universidade Lakehead, Canadá



Bótons que circularam após primeiro-ministro canadense, Stephen Harper, declarar que não havia tempo para “praticar sociologia”. Ele se referia à necessidade de ser duro com os terroristas em vez de estudar as causas do terrorismo.

Na virada do século 21, vários acadêmicos soaram o alarme sobre o estado da sociologia canadense. Bruce Curtis e Lorna Weir argumentaram que a sociologia canadense inglesa sofria de “um fraco sentido de sociologia como um ofício com saberes e habilidades distintos, e uma vocação pública”; estavam preocupados com o futuro da disciplina, conforme os sociólogos fundadores do Canadá se aproximavam da aposentadoria¹. Robert Brym demonstrou preocupações em relação ao declínio das filiações na Associação de Sociologia Canadense, levantando preocupações sobre a saúde geral da disciplina no Canadá². Neil McLaughlin respondeu, explorando alguns fatores institucionais mais amplos, alertando para a “crise iminente” da sociologia canadense³, na esperança de gerar um momento reflexivo, começando um diálogo que poderia promover estratégias institucionais mais sábias e uma visão intelectual mais ampla. As frequentes emotivas e polêmicas respostas, a esses artigos iniciou o que chamamos de “guerras da sociologia” no Canadá, que ainda causam furor uma década depois.

Pat O’Mally e Alan Hunt forneceram alguns voleios de abertura, argumentando que as preocupações de Curtis e Weir sobre o enfraquecimento da disciplina equivaliam a uma “caça às bruxas”, à criação de normas disciplinares rigorosas, a fim de policiar sociólogos que poderiam sair da linha⁴. O artigo de McLaughlin sobre a “crise” estimulou outro con-

junto de respostas críticas, desafiando-o em bases normativas e empíricas⁵. Embora grande parte desse debate tenha ajudado a contextualizar as realidades da sociologia do Canadá, o seu teor foi muitas vezes duro. Enquanto os sociólogos do Canadá se preparam para sediar o Congresso Mundial da Associação Internacional de Sociologia (ISA), em Toronto, em 2018, refletimos sobre algumas das principais preocupações levantadas, buscando destacar algumas questões que poderiam ser relevantes e úteis para outras sociologias nacionais, especialmente aquelas de fora dos Estados Unidos.

Muita da preocupação com o estado da sociologia canadense estava focada no declínio de filiações e presença em reuniões da nossa associação nacional. Os encontros anuais da sociologia canadense de língua inglesa são realizados como parte de um Congresso de Ciências Sociais e Humanas interdisciplinar, organizado em várias universidades em todo o país. As reuniões da sociologia canadense tinham escassa presença, especialmente entre as principais faculdades de sociologia. Seria isso um sinal de declínio disciplinar? Jean-Philippe Warren lembrou-nos que muitas outras associações acadêmicas nacionais e globais enfrentaram declínios similares⁶. Com base na tese de Robert Putnam do “bowling alone” [boliche solitário], que sugere que a ascensão da tecnologia de comunicação da internet possibilitou uma rede acadêmica informal de grandes dis-



tâncias geográficas, de modo que os estudiosos poderiam “sociologizar sozinhos”, fora das reuniões tradicionais e formalmente organizadas.

No entanto, houve outros sinais de fraqueza no início dos anos 2000, como o permanente baixo status da sociologia, tanto na universidade, quanto na sociedade em geral. Muitas dessas questões permanecem relevantes hoje, e provavelmente são comuns a outras sociologias nacionais, mas elas atuaram de forma particular no Canadá, por causa da nossa história única, e das nossas relações diferenciadas com os Estados Unidos, Grã-Bretanha e França.

As preocupações com a hegemonia acadêmica americana levaram a um movimento de “Canadalização” na década de 1970 e 1980, com os sociólogos procurando criar uma sociologia canadense mais autônoma, através do aumento do conteúdo canadense e contratações de pessoas formadas no país. No entanto, esse mesmo movimento, sem dúvida, intensificou sentimentos negativos contra a sociologia americana, incluindo certa presunção que nos permitia bater nos Estados Unidos e ignorar nossas próprias falhas⁷.

Ainda assim, há razão para se preocupar com o enfraquecimento do nosso próprio conteúdo nacional, uma questão, sem dúvida, enfrentada pelos sociólogos em muitos outros países também. Os sociólogos canadenses estão cada vez mais propensos a receber formação nos EUA, e a se afastar do que foi construído por referências canadenses, como John Porter ou Wallace Clement, em favor de teóricos mundialmente mais conhecidos⁸. O que costumava ser uma tradição canadense original é cada vez mais diluída em apenas mais um participante da disciplina global (leia-se: americana e eurocêntrica).

Ralph Mathews tem feito um esforço para reestabelecer uma tradição mais exclusivamente canadense ao reencarnar a “teoria dos grampos” de Harold Innis⁹, um importante teórico precoce da sociedade canadense que argumentava que o desenvolvimento geográfico de cidades do Canadá estava intimamente ligado às rotas comerciais da economia dos nossos recursos naturais, criando diferentes regiões geográficas com diversas marcas culturais. Estendendo esse quadro às preocupações recentes mais contemporâneas sobre a indústria de combustíveis fósseis, com proteções para o nosso ambiente natural e os direitos dos povos originários, ganhamos uma visão sobre como somos únicos, tanto como uma nação quanto como tradição sociológica. No entanto, o que pode parecer “único” para o Canadá pode também servir como ponto valioso na comparação com outros países que enfrentam as mesmas forças globalizantes a interagir com o contexto e questões locais.

Como uma disciplina relativamente nova, que só se tornou totalmente institucionalizada em 1960 e 1970, a sociologia canadense foi marcada por um radicalismo particular de inspiração marxista, uma vez que a maioria das principais

contratações ocorreu em um momento de conflito social e político. Essa orientação intensamente “crítica” em nossa disciplina ainda é dominante hoje, levando a muita política e engajamento político, para grande desgosto de políticos conservadores. Por exemplo, para rejeitar chamamentos de mais pesquisas sobre as causas do terrorismo, a fim de prevenir ataques, o ex-primeiro-ministro conservador do Canadá, Stephen Harper, afirmou, de maneira infame, que “este não é um tempo para praticar sociologia.” Para os sociólogos canadenses, essa afirmação contestava o valor da pesquisa sociológica, levando a Associação de Sociologia Canadense a vender camisetas “Pratique Sociologia”, em 2015, como uma espécie de grito de guerra.

Esse elemento crítico de longa data da sociologia canadense criou uma audiência receptiva para o chamado de Michael Burawoy para a sociologia pública¹⁰. Certo número de sociólogos canadenses entrou na conversa para apoiá-lo, ou para afirmar que Burawoy não estava indo suficientemente longe no apoio à pesquisa do público¹¹. Alguns canadenses rejeitaram a ideia da sociologia pública, enfatizando a importância de um núcleo profissional. Scott Davies pediu um “divórcio disciplinar” de uma vez por todas, entre o que ele via como cientistas sociais adequados, por um lado, e teóricos críticos dogmáticos, por outro¹². As feministas canadenses argumentaram que o chamado de Burawoy negligenciava o potencial de parcerias privadas e financiadas pelo Estado que poderiam nos ajudar a trabalhar com políticas públicas para resolver importantes questões sociais¹³.

E, de fato, conforme nos afastamos da agenda altamente conservadora do governo Harper ao liberalismo de Justin Trudeau, o potencial para uma maior ação federal para abordar questões públicas - especialmente aquelas que afetam os povos originários - é evidente. Os sociólogos podem vislumbrar uma sociologia pública robusta no Canadá, que permaneça em parceria crítica e diálogo permanente com o Estado.

Como as guerras da sociologia continuam hoje, as primeiras preocupações sobre o estado da disciplina permanecem na dianteira. William Carroll argumentou recentemente que, juntamente com todas as outras disciplinas em ciências sociais, a sociologia deve dar lugar a um nexos transdisciplinar unido pelo realismo crítico¹⁴. O fato é que esse trabalho recebeu o prêmio de melhor artigo em 2015 da *Canadian Review of Sociology*, que reflete correntes culturais subjacentes, que muitos sociólogos no Canadá preferem rejeitar como suas identidades e compromissos disciplinares.

Isso representa um sério obstáculo para aqueles que procuram uma forma relativamente aberta de conhecimento, mas que não estão dispostos a abrir mão das vantagens disciplinares. Muitos argumentam que o melhor conhecimento recente quebra reivindicações populares de que as disciplinas atuem apenas como silos intelectuais: as disciplinas atualmente compartilham conhecimentos com eficiência no-



tável¹⁵. Ainda assim, a retórica cansada de disciplinas como silos, apenas para “policiar” intelectuais, parecem continuar¹⁶. E enquanto as disciplinas puderem de fato servir para abafar a produção de conhecimento, não podemos ignorar as evidências que sugerem que, em geral, elas fazem muito para melhorá-lo. Ao invés de forçar uma escolha entre disciplinas insulares (que é exagerada) e transdisciplinaridade total (que é utópica), talvez seja melhor trabalhar entre esses ideais, reconhecendo as compensações e evitando as desvantagens de ambos os extremos¹⁷.

Enquanto reflexões sobre a disciplina podem ser úteis, elas também podem degenerar-se em argumentos retóricos e ideológicos, desvirtuando a mais importante tarefa de “praticar” sociologia empírica real. Mas um corpo de conhecimento fornece suposições empíricas e históricas sobre a textura da sociologia canadense. Rick Helmes-Hayes recentemente documentou as raízes da sociologia canadense dentro da teologia do início do século 20¹⁸, e Bruce Curtis voltou ainda mais, ligando o desenvolvimento da ciência social à “construção do Estado” no século 19¹⁹. Novos estudos quantitativos documentaram as mudanças nos padrões de nossas práticas de contratação de estrangeiros e nacionais, e do nosso trabalho²⁰, ilustrando a nossa maravilhosa diversidade epistemológica²¹ e a mudança de pensamento de nossas escolas teóricas ao longo do tempo. Durante a última década, parece haver uma convergência teórica em torno da obra de Pierre Bourdieu, um teórico e pesquisador que ajuda a construir pontes entre nossas alas que falam inglês e que falam francês²². Ao olharmos para o futuro, debates empiricamente fundamentados são bem-vindos como uma “sociologia da sociologia,” fazendo formas menos narcisistas, e mais empiricamente fundamentadas, de reflexividade institucional.

Apesar das “guerras da sociologia” canadense terem sido controversas, e resultado em alguns egos machucados, em geral, elas têm sido construtivas. Os estudiosos renomados se envolveram no debate, ajudando a socializar uma nova geração de sociólogos em uma visão positiva. A participação em nossas reuniões tem aumentado, estimulada pela criação de núcleos de pesquisa inspirados, em parte, pela ISA. Há mais sessões na língua francesa em nossas reuniões, e o editor da *Canadian Review of Sociology*, Dr. François Dépelteau, é um francófono. A associação pode gabar-se do renascimento de uma sociologia feminista, em grande parte inspirada por Dorothy Smith e pelas feministas socialistas canadenses. Além disso, uma nova agenda de pesquisa enfatizando a descolonização e a reconciliação com os povos indígenas originários abrange uma série de questões nas quais os sociólogos públicos são relevantes e necessários.

A Associação Canadense de Sociologia aguarda sociólogos de todo o mundo para o Congresso Mundial da ISA, em Toronto, em 2018. Estamos ansiosos para promover um diálogo sobre a melhor forma de entender e refletir sobre nossas diversas sociologias nacionais, aprendendo uns com os outros dentro de um contexto comparativo mais amplo.

Contato com Neil McLaughlin <ngmclaughlin@gmail.com>

¹ Curtis, B. e Weir, L. (2002) “The Succession Question in English Canadian Sociology,” *Society/Société*, 26, 3.

² Brym, R. (2003) “The Decline of the Canadian Sociology and Anthropology Association,” *Canadian Journal of Sociology*, 28(3): 411-416.

³ McLaughlin, N. (2005) “Canada’s Impossible Science: Historical and Institutional Origins of the Coming Crisis in Anglo-Canadian Sociology,” *Canadian Journal of Sociology*, 30(1): 1-40.

⁴ O’Malley, P. and Hunt, A. (2013) “Does Sociology Need to be Disciplined?” *Society/Société*, 27(1).

⁵ Ver volumes 30(4) and 31(1) do *Canadian Journal of Sociology* para os principais comentários sobre o artigo de McLaughlin e sua resposta (2005-06).

⁶ Warren, J-P (2006) “Sociologizing Alone? Is Anglo-Canadian Sociology really Facing a Crisis?” *Canadian Journal of Sociology*, 31(3): 91-105.

⁷ Cormier, J. (2002) “Nationalism, Activism, and Canadian Sociology,” *The American Sociologist*, 33(1): 12-41.

⁸ Warren, J-P (2014) “The end of National Sociological Traditions? The Fates of Sociology in English Canada and French Quebec in a Globalized Field of Science,” *International Journal of Canadian Studies*, 50: 87-108.

⁹ Mathews, R. (2014) “Committing Canadian Sociology: Developing a Canadian Sociology and a Sociology of Canada,” *Canadian Review of Sociology*, 51(2): 107-127.

¹⁰ Burawoy, M. (2005) “2004 Presidential Address: For Public Sociology,” *American Sociological Review*, 70: 4-28.

¹¹ Ver edição especial sobre o assunto, editada por Rick Helmes-Hayes, e Neil McLaughlin (2009) “Public Sociology in Canada: Debates, Research, and Historical Context,” *Canadian Journal of Sociology*, 34(3): 573-600.

¹² Davies, S. (2009) “Drifting Apart? The Institutional Dynamics awaiting Public Sociology in Canada,” *Canadian Journal of Sociology*, 34(3): 623-654.

¹³ Creese, G., McLaren, A. and Pulkingham, J. (2009) “Re-thinking Burawoy: Reflections from Canadian Feminist Sociology,” *Canadian Journal of Sociology*, 34(3): 601-622.

¹⁴ Carroll, W. (2013) “Discipline, Field, Nexus: Re-visioning Sociology,” *Canadian Review of Sociology*, 50(1): 1-26.

¹⁵ Jacobs, J. (2013) *In Defense of Disciplines*. Chicago, IL: University of Chicago Press.

¹⁶ Curtis, B. (2016) “The Missing Memory of Canadian Sociology: Reflexive Government and the Social Science,” *Canadian Review of Sociology*, 53(2): 203-225.

¹⁷ Puddephatt, A. and McLaughlin, N. (2015) “Critical Nexus or Pluralist Discipline? Institutional Ambivalence and the Future of Canadian Sociology,” *Canadian Review of Sociology*, 52(3): 310-332.

¹⁸ Helmes-Hayes, R. (2016) “Building the New Jerusalem in Canada’s Green and Pleasant Land: The Social Gospel and the Roots of English-Language Academic Sociology in Canada, 1889-1921,” *Canadian Journal of Sociology*, 41(1): 1-52.

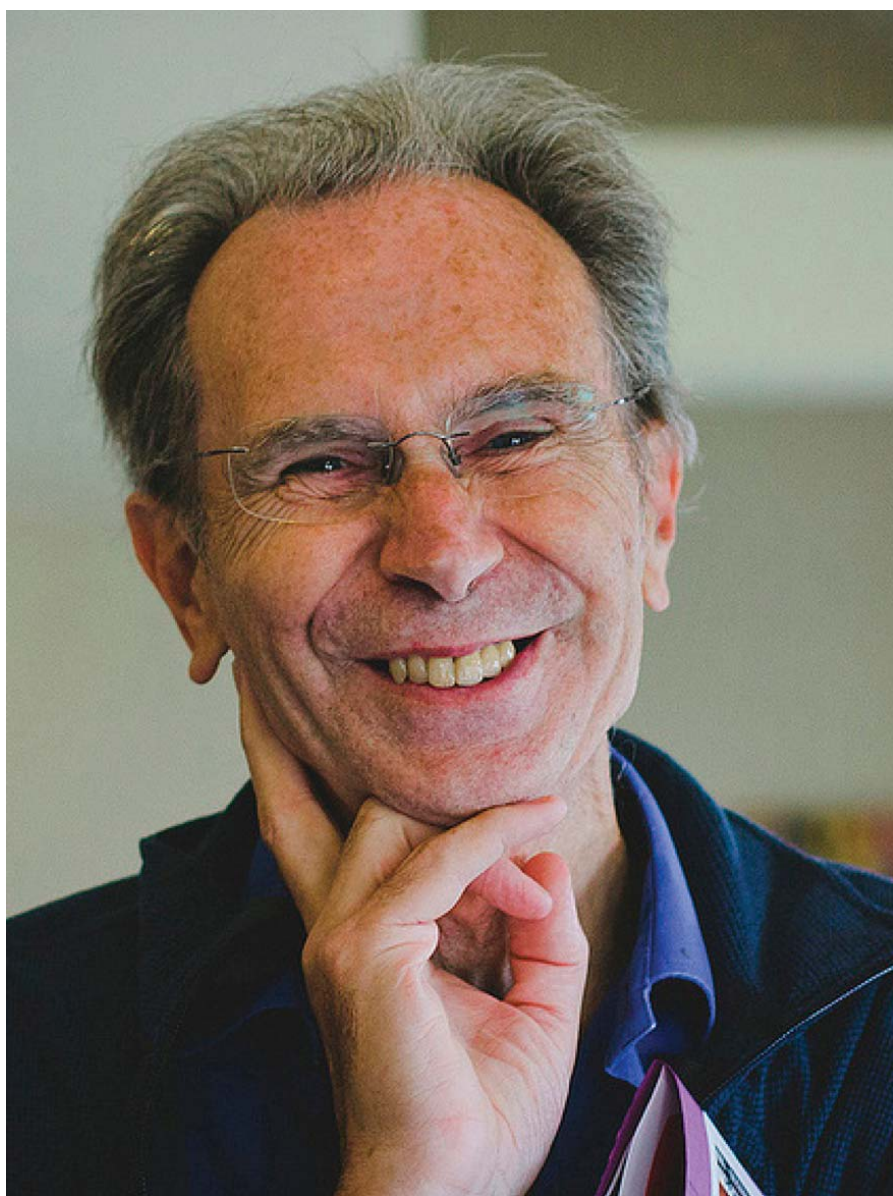
¹⁹ Curtis, B. (2016), *ibid.*

²⁰ Warren, J-P (2014), *ibid.*

²¹ Ver Joseph Michalski, “The Epistemological Diversity of Canadian Sociology,” *Forthcoming in Canadian Journal of Sociology*.

²² Stokes, A. and McLevey, J. (2016) “From Porter to Bourdieu: The Evolving Specialist Structure of English Canadian Sociology,” *Canadian Review of Sociology*, 53(2): 176-202.

> Relembrando John Urry e seu trabalho



John Urry.

Quando se conhece alguém já há um longo tempo, é difícil separar a pessoa de seu trabalho – e é provavelmente melhor não tentar fazê-lo. John Urry contribuiu para a ciência social não só por suas publicações, mas também pelo seu exemplo, sua maneira de ser pesquisador.

Ele mostrou que para ser um pesquisador ou um professor eficaz não há necessidade de tentar dominar, tampouco cultivar uma persona “formidável” ou um estilo difícil de escrita. Ele era totalmente livre da afetação ou da preocupação em relação ao status; sua forma descontraída e bem-humorada contradiz uma mente crítica e afiada e um apetite extraordinário pelo trabalho. Ele estava mais interessado na construção do que na demolição; foi crítico, mas sem nunca ser mordaz: ele poderia discordar de uma forma agradável, na medida em que sempre foi simples, tanto em sua escrita quanto com relação aos outros. Ele era particularmente hábil em incentivar e atrair jovens investigadores, tanto para que eles pudessem se juntar a ele em sua jornada intelectual quanto para buscarem novas direções por conta própria.

John tinha um amor pela aprendizagem, um prazer intelectual muito evidente em tornar acessível a sociologia para novos temas e novas formas de pensar – quer se tratasse de espaço, tempo, capitalismo desorganizado, turismo, natureza, mobilidade, alterações climáticas, ou então de coisas



mais específicas, como as implicações sociais da impressão 3-D. Não estava interessado em devoções aos fundadores da sociologia, mas aberto a qualquer conceito teórico que iluminasse os temas específicos que o preocupavam, independentemente da sua proveniência. Ele tinha um olho para desenvolvimentos sociais que outros sociólogos, mais ligados a agendas convencionais, deixaram passar – sejam eles relacionados ao turismo, à mobilidade, ou ao “*offshoring*”. Para ele, a teoria social era para ser utilizada e deveria ser melhorada por intermédio de sua aplicação a novos tópicos.

Não posso começar a discutir o alcance de suas contribuições neste pequeno excerto; por isso vou comentar sobre dois períodos – um, do início de sua carreira, o outro, do final. Eu me deparei com o seu trabalho em meados dos anos 1970, quando os nossos interesses no realismo crítico, na economia política, na teoria social e no espaço convergiram. Como muitos, vindo de um passado intelectual na geografia humana, eu estava buscando maneiras de me envolver com a teoria social. John estava vindo na direção oposta, se abrindo para a geografia. O livro de Gregory e Urry, *Social Relations and Spatial Structures* [Relações sociais e estruturas espaciais], explorou as implicações teóricas desse encontro, e em um momento posterior de sua carreira – especialmente em seu trabalho sobre localidades, mobilidades e *offshoring* –

John continuou a repensar a relação entre espaço e sociedade.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, grande parte da ciência social britânica foi radicalizada pelo marxismo, e John era um daqueles que se envolveram com isso de forma aberta, não-dogmática e frutífera. Na época, a Conferência dos Economistas Socialistas estava fornecendo um foco para a investigação e discussão radicais através de uma ampla gama de tópicos, com oficinas regulares de fim de semana que traziam pesquisadores e ativistas de todo o país. Foi em uma dessas oficinas – o *CSE Regionalism Group* – que eu conheci John. O “*Lancaster Regionalism Group*” foi um dos vários grupos de pesquisa no Reino Unido que inspiraram a teoria radical a investigar o que estava acontecendo em lugares específicos. Esses “estudos de localidade” foram realizados em um contexto de debates em curso sobre como o capitalismo estava mudando, muitos deles caracterizando a nova era como “pós-fordista”. Embora agora sejamos capazes de notar que essa era uma distração em relação aos desenvolvimentos mais importantes da financeirização e do neoliberalismo, John e seu colega Scott Lash combinaram investigação teórica e empírica para produzir sínteses diferentes e originais da face em mudança do capitalismo, sobretudo em *The End of Organized Capitalism* e *Economies of Signs and Space* [O fim do capitalismo organizado] e “as

economias dos sinais e do espaço].

Em seus últimos cinco anos de vida, ele publicou – entre outras coisas! – três livros que exploraram um conjunto de problemas relacionados às mudanças climáticas, aos recursos e à sociedade: *Climate Change and Society*, *Societies Beyond Oil* e *Offshoring*. Como observa Scott Lash, John sempre esteve particularmente interessado nos futuros sociais, vindo a ajudar a estabelecer, mais recentemente o novo Instituto de Futuros Sociais da Universidade de Lancaster.

A mudança climática é, sem dúvida, o maior desafio que a sociedade humana enfrenta. Embora muitos extensos volumes produzidos recentemente sobre o futuro do capitalismo e da sociedade mal mencionem o aquecimento global, John foi um dos primeiros cientistas sociais a reconhecer a importância dos combustíveis fósseis no desenvolvimento da modernidade e a pensar nas implicações das mudanças climáticas à vida cotidiana. Assim como a maioria de nós dirigimos nossa pesquisa para a frente, olhando no espelho retrovisor, estudando o passado, John também olhou para a frente. Outros mundos – melhores ou piores – são possíveis, e como ele mostrou, os cientistas sociais podem e devem pensá-los e avaliá-los. Nestes tempos perigosos, espero seguir mais o exemplo que ele estabeleceu. ■

Andrew Sayer, Universidade de Lancaster, Reino Unido

> John Urry

Sociólogo do futuro



Reunião dos diretores do Instituto para Futuros Sociais, Lancaster, 2015.

John Urry, falecido recentemente, foi um dos sociólogos mais citados do Reino Unido, com cerca de vinte livros publicados, muitos deles influentes. Depois de se formar pela Universidade de Cambridge, John passou toda a sua carreira na Universidade de Lancaster, onde ele e eu fomos colegas de 1977-1998. Escrevemos dois livros juntos, *The End of Organized Capitalism* (1987) [O fim do capitalismo organizado], e *Economies of Signs and Space* (1994) [Economias dos sinais e do espaço]. Ambos falavam do futuro; então, em muitos aspectos, John era um futurólogo.

Quando eram estudantes de doutorado, John e Bob Jessop estavam no seminário de John Dunn, em Cambridge, sobre revoluções, um evento que também foi influenciado por Quentin Skinner, talvez o estudioso de Hobbes mais influente no mundo. As revoluções, em sua dimensão escatológica, estão sempre de alguma forma no futuro; Hobbes é muito li-

gado ao poder do Estado. Talvez essas influências – as revoluções e o Estado – deram a John uma indicação acerca das realidades do poder do Estado.

Em 1975, John e Russell Keat escreveram *Social Theory as Science* [Teoria social como ciência], um livro que abordou questões da epistemologia sociológica, no enquadramento de um certo “realismo”. O “real” não era o que os agentes sociais enfrentavam; em vez disso, o real era feito das estruturas mais profundas que determinavam as relações sociais empíricas. Esse foi um tipo de estruturalismo sociológico muito influenciado pelo marxismo estruturalista de Louis Althusser, na década de 1970. Mas, enquanto o estruturalismo marxista sempre foi uma determinação da base econômica, o estruturalismo de Urry foi um conjunto muito mais geral das estruturas sociais, envolvendo a noção de causalidade estrutural, que não só determinava a experiência empírica cotidiana, mas, também, dirigia a mudança social e tornava acessível as

relações sociais do futuro.

The End of Organized Capitalism e *Economies of Signs and Space* foram favoravelmente resenhadas e muito citadas, vindo a influenciar (e também sendo influenciada por) David Harvey e Manuel Castells. *The End of Organized Capitalism* discutiu a acumulação de capital, mas argumentando que a nova fase do capitalismo não era governada pela organização social e institucional, e sim pela fragmentação social. John e eu chegamos a tal argumento a partir de diferentes perspectivas.

Eu cheguei ao tema da desorganização capitalista a partir do ponto de vista da dissolução da negociação coletiva da central trabalhista (sindicato e federação do trabalhador). John viu a fase pós-1980 do capitalismo mais em termos de movimento, fluxo e tempo, orientada nem para o passado nem para o presente, mas para o futuro. Assim, o livro incluiu capítulos de John sobre o tempo e sobre a livre

circulação de pessoas através do turismo – um argumento que viria a ser desenvolvido no livro de John, *The Tourist Gaze* [O olhar do turista], que em certo sentido fundou o que se poderia chamar de sociologia do turismo.

No final da década de 1980, John editou *Social Relations and Spatial Structures* [Relações sociais e estruturas espaciais] junto com Derek Gregory. A figura-chave nesse projeto foi Doreen Massey e sua ideia de “reestruturação”, que envolvia uma transformação das “cadeias de valor”. A cadeia de valor traçaria o fornecimento de uma *commodity*, digamos, nas matérias-primas da América do Sul, lançaria um olhar para a sua transformação em uma fábrica, digamos, no México, e para a sua comercialização e distribuição na Europa ou nos EUA. Essas cadeias de valor eram um “alongamento” do mundo do trabalho, pois estavam conectando lugares cada vez mais distantes no tempo e no espaço. Eles nos dão uma instanciação empírica do que Giddens chamou de “distanciamento do espaço-tempo” e Harvey de “compressão do espaço-tempo”.

Esse foi um livro precursor para uma sociologia muito mais completa dos

fluxos globais, que John e eu abordamos em *Economies of Signs and Space*. Castells já havia começado a abordar uma mudança da sociedade anterior de estruturas para a nova sociedade globalizada de “fluxos”, que envolvia todo um arranjo de fluxos: de capitais, de mobilidade do trabalho, de bens e commodities, de venenos ambientais ou “males”, e de informação e comunicação.

John desenvolveu esse tema em uma certa “sociologia das mobilidades”, que se tornou um dos pilares de sua investigação e de sua escrita acadêmica a partir do fim da década de 1990 até o final de sua vida. Ele estava particularmente interessado em como os seres humanos se locomoviam de um lugar para outro por intermédio do turismo; mas cada um de seus livros sobre mobilidade passou a incluir um capítulo sobre “automobilidades”, cujas leituras são necessárias e atraentes. Nesse ponto, vemos o mundo através do prisma de um carro, entendido tecnologicamente.

John, então, escreveu uma série de obras sobre as alterações climáticas, voltando ao tema das mobilidades, ou fluxo, de “males” – um retorno que co-

incidiu com uma mudança acentuada à esquerda na visão política de John. Eu sempre fui mais à esquerda de John, mas a partir de 2010 ele foi um crítico mais forte do capitalismo, por exemplo, em seu livro mais recente chamado *Offshoring*. Lembro-me de uma conferência do Comitê de Pesquisa sobre Reino Unido que eu co-organizei em Xangai, para o qual sociólogos e vários economistas foram convidados. Um eminente economista francês, neoliberal, e até mesmo cético em relação às mudanças climáticas, estava presente; John, já por volta de seus 60 e poucos anos, entrou efusivamente em uma discussão com o economista com a paixão de um jovem de 25 anos de idade.

John era um sociólogo do futuro. Eu o conheci quando nós dois tínhamos cerca de 30 anos de idade; fomos colegas pelos próximos 21 anos, e melhores amigos pelo restante da vida. Sylvia Walby, parceira de John por todos esses anos, disse que John me via como uma espécie de inteligência instintiva, cujas energias estavam sempre prestes a ficar fora de controle. Devo a John uma dívida impagável por ter colocado alguma estrutura sobre essa energia selvagem. Sinto falta dele. Todos nós vamos sentir falta dele.

Scott Lash, Goldsmiths, Universidade de Londres, Reino Unido

> John Urry

Mais do que um sociólogo dos sociólogos



Conferência de Inovação de baixo carbono, Shenzhen, China, 2016.

A morte inesperada de John Urry chocou sua família, amigos e colegas. Eu e ele criamos um primeiro vínculo quando éramos ainda estudantes de pós-graduação na Universidade de Cambridge, em 1967-1970, partilhando orientadores e interesses, e depois interagindo na Conferência dos Economistas Socialistas, bem como em reuniões de sociologia, e enfim nos tornando colegas em 1990, quando fui designado a uma cadeira de sociologia na Universidade de Lancaster.

Urry se formou em Economia e Política pela Faculdade Cristã de Cambridge com uma primeira classe dupla (nota de excelência na Inglaterra), onde foi supervisionado por, entre outros professores, James Meade, um economista posteriormente premiado com um Prêmio Nobel. Esses foram anos em que o trabalho de John Maynard Keynes ainda era levado a sério em Cambridge, e onde a economia heterodoxa ainda tinha um lugar dentro da economia política. John, em seguida, embarcou em um doutoramento na Faculdade de Economia e Política (nesta fase, não havia Faculdade de Ciências Sociais e Políticas na Universidade de Cambridge), onde trabalhou os temas da privação relativa e da revolução, apoiado por uma bolsa de pesquisa do Conselho Britânico de Pesquisa em Ciências Sociais. Isso foi antes que o *Sir* (título conferido pela Coroa Britânica) Keith Joseph, Secretário linha-dura de Educação e Ciência de Margaret Thatcher, ofendeu-se com os sociólogos diante da desqualificação de sua teoria da privação cultural da pobreza familiar, negou que a sociologia era uma ciência e propôs mudar o nome do SSRC para *Economic and Social Research Council*. Anos mais tarde, John foi presidente nacional do

Grupo de professores e chefes de Sociologia (1989-1992), e esteve fortemente envolvido na defesa das ciências sociais contra ataques semelhantes; em 1999, ele ajudou a fundar a *National Academy of Academics* (Academia Nacional de Acadêmicos), a *Learned Societies* (Associação Docente) e a *Practitioners in the Social Sciences* (Praticantes das Ciências Sociais) do Reino Unido (desde então, denominada *Academy of Social Sciences*).

Em 1970, antes de completar seu doutorado, John começou a lecionar sociologia em Lancaster. Durante 46 anos de serviço ininterrupto, ele contribuiu muito para a forte e flexível cultura de pesquisa do departamento, tanto por meio de seu próprio trabalho quanto pelo desenvolvimento institucional de toda a universidade. Desde os dias inebriantes de expansão no “calor branco da revolução tecnológica” e a influência do pensamento de esquerda na década de 1970, as universidades mudaram enormemente e as demandas colocadas sobre acadêmicos e estudiosos aumentaram bastante. No entanto, John sempre manteve seu amor pelo aprendizado, sua curiosidade pela mudança social, um prazer intelectual auto evidente em se aprofundar em novos temas e novas formas de pensar – seja em relação ao poder, à teoria social, ao espaço, tempo, localismo e regionalismo, seja em relação ao o capitalismo desorganizado, ao lazer e turismo, à natureza e ao meio-ambiente, às mobilidades, às complexidades da sociedade global, ao uso de energia e às alterações climáticas, ao design urbano, às implicações sociais da impressão 3-D e, mais recentemente, aos futuros presentes e os futuros do futuro. Muitos desses interesses convergiram nos seus esforços para estabelecer o



Institute for Social Futures de Lancaster.

Em suas contribuições para essa celebração da vida de John, Scott Lash e Andrew Sayer descreveram alguns de seus trabalhos inspiradores. Meu favorito é o minucioso e abrangente *Social Theory as Science* [Teoria social como ciência], escrito em coautoria com Russell Keat (de 1975, mas reeditado em 2015), que consolidou sua trajetória teórica até aquele ponto e inspirou o meu próprio trabalho na filosofia das ciências sociais. No entanto, sempre interessado em ficar a par das mudanças nos debates teóricos, John tinha o costume de ler muito e sempre questionava os valores intelectuais a serem acrescentados, os novos insights que poderiam gerar, as anomalias e novidades que estavam para ser divulgadas, e onde isso tudo poderia levar. Seus interesses eram amplos, envolvendo conexões com as ciências naturais e ambientais, bem como refletindo a forte abordagem “pós-disciplinar” que caracterizaria o departamento de sociologia de Lancaster. Esse foi um fator-chave em sua capacidade de mediar as disciplinas, os paradigmas e as comunidades epistêmicas, envolver-se com tantos estudantes e acadêmicos em sua maneira não dogmática e democrática, incentivá-los a prosseguirem os seus próprios interesses e projetos, assim como oferecer idéias e insights extraídos de seu enorme capital intelectual, que também era renovado e expandido a partir dessas interações.

Há muitas maneiras de se tornar e permanecer um sociólogo qualificado. John se destacou em quase todas elas. Mas ele nunca perseguiu a fama deferindo-se ao poder ou, então, sacrificando sua integridade intelectual. Ele foi reasseguradamente “local” em suas lealdades e em seu engajamento crítico, e sempre deu apoio entusiasmado para alunos e colegas. No entanto, continuando com a distinção de Alvin Gouldner entre identidades organizacionais, pode-se dizer que ele foi igualmente um “cosmopolita” assente, com uma presença intelectual global. Seus interesses e projetos se estenderam para os mundos natural e social, e sua in-

fluência se espalhou globalmente através de redes pessoais e intervenções oportunas em debates emergentes.

John foi um “sociólogo dos sociólogos”, que conhecia e respeitava o ofício, mas também um sociólogo que sempre visou desenvolvê-lo ainda mais. Ele era conhecido por inovações de ponta, bem como por sua defesa e promoção da disciplina contra os ataques dos políticos linha-dura. Mas ele também tinha um inquieto espírito intelectual – a antítese de um sociólogo profissional de carreira, que detém um projeto substancial altamente focado e incorpora uma compreensão estritamente definida da disciplina. Sua curiosidade ilimitada criou uma vida dinâmica, ligando diversos campos e energizando novas iniciativas de pesquisa e novos debates políticos. Na verdade, John trabalhou na vanguarda dos campos teóricos, empíricos e mais aplicados nas ciências sociais, refletindo as tendências sociais e moldando trabalhos inovadores. É impressionante o quanto ele alcançou em sua própria escrita, no trabalho colaborativo, no desenvolvimento de redes internacionais, na gestão da pesquisa, na negociação da sucessão interminável de auditorias e na promoção das ciências sociais. Igualmente surpreendente foi que ele fez tudo isso sem, no entanto, deixar de ser descontraído, generoso, acessível e bem-humorado.

John também tinha uma mente heroica – acreditando, como C. Wright Mills (autor do texto clássico de 1959, *A imaginação sociológica*), que era mais importante dizer alguma coisa significativa com o risco de estar errado do que sempre estar certo repetindo o trivialmente verdadeiro. Nos últimos anos, tornou-se mais ativo como um intelectual público, intervindo em debates e tendo posições definidas em questões cruciais para o futuro da humanidade e do planeta. Acima de tudo, no entanto, ele era um grande colega, e sua influência vai sobreviver por intermédio do trabalho contínuo e dos debates daqueles que ele próprio inspirou. ■

Bob Jessop, Universidade de Lancaster, Reino Unido

> Na proximidade e na mobilidade

Celebrando John Urry



Conferência sobre “Cidades do Futuro: inteligentes ou felizes?”, Lancaster, 2016.

O sociólogo britânico John Urry infelizmente faleceu em março deste ano, justamente enquanto nós estávamos comemorando a publicação do nosso artigo “*Mobilizing the New Mobilities Paradigm* [Mobilizando o paradigma das novas mobilidades], para a nova revista *Applied Mobilities* – um artigo em que avaliamos o impacto do paradigma das mobilidades nas ciências sociais na última década. Também estávamos escrevendo um ensaio em conjunto para a *Current Sociology* sobre a relação entre a “virada das mobilidades” e a “virada espacial”; me sinto com sorte de ter tido a oportunidade de conversar com John sobre as origens de seu pensamento sobre espaço e mobilidade, bem como sobre sua relação com a sociologia enquanto uma disciplina científica.

plina científica.

Entrei para o Departamento de Sociologia da Universidade de Lancaster em 1998, em parte porque John estava lá. Através de sua capacidade de criar um ambiente colaborativo e transdisciplinar bem sucedido, John atraiu dezenas de estudantes de pós-graduação, pós-doutorandos, pesquisadores visitantes e novos professores para o noroeste da Inglaterra. Depois de trabalharmos juntos em vários artigos relacionados com a questão das mobilidades, nós fundamos o *Center for Mobilities Research* em Lancaster, em 2003; ao longo dos anos seguintes, organizamos a primeira Conferência *Alternative Mobility Futures*; criamos a revista *Mobilities*, juntos com Kevin Hannam; coeditamos uma edição especial da revista *Environment and Planning A* sobre “materialidades e mobilidades”; e coeditamos, também, *Mobile Technologies of the City*. Nessa corrida de trabalho fundacional, houve uma forte ênfase na necessidade de pensar através de escalas espaciais, borrando, assim, as fronteiras disciplinares, explorando materialidades e temporalidades, indo além dos enquadramentos societários e nacionais “sedentários” e, com efeito, explorando a questão se as “mobilidades” poderiam fornecer uma visão para um tipo diferente de ciência social: mais aberta, mais ampla, mais sintonizada com outros campos, enfim, mais vital.

Eu sou muito grato pela nossa última conversa, ocasião em que John traçou as origens do seu interesse nas mobilidades em razão da cham-



ada “virada espacial” da teoria social, que começou com o livro de 1974 de Lefebvre, *A produção do espaço*, e com debates britânicos engendrados por uma outra grande pensadora que, infelizmente, nos deixou recentemente, Doreen Massey. Seu trabalho de 1984, *Spatial Divisions of Labour* [Divisões espaciais do trabalho], examinou os complexos e variados movimentos do capital para dentro e para fora do lugar e as formas resultantes de sedimentação em cada um desses lugares; a obra foi seguida pelo *Social Relations and Spatial Structures* [Relações sociais e estruturas espaciais], de Gregory e Urry, publicado em 1985, que reuniu contribuições geográficas e sociológicas de Harvey, Giddens, Massey, Pred, Sayer, Soja e Thrift. A edição expôs a virada de John em direção àquilo que ele chamou de “movimentos ociosos de pessoas para dentro e para fora do lugar”, posteriormente desenvolvido em *The Tourist Gaze* [O olhar do turista], de 1990, bem como a questão das múltiplas mobilidades a suas consequências espaciais, discutida no livro escrito em coautoria com Lash, *The End of Organized Capitalism* [O fim do capitalismo organizado], de 1987, e *Economies of Signs and Space* [Economias dos sinais e do espaço], de 1994. Os primeiros livros de John, *Social Theory as Science* (“Teoria social como ciência”), de 1975, escrito com Russell Keat, e *The Anatomy of Capitalist Societies* [A anatomia das sociedades capitalistas], de 1981, foram igualmente importantes contribuições teóricas, pois prepararam o terreno para seus trabalhos posteriores. Em meados da década de 1990, as teorizações acerca do espaços de “fluxo” e das “redes” tornaram-se especialmente significativas, sobretudo

com a trilogia de Castells, de 1996, sobre *A sociedade em rede* e, na virada do milênio, com o conceito de “mobilidade” vindo à tona como um termo-chave. A obra *Sociology Beyond Societies* [Sociologia para além das sociedades] de Urry ajudou a consolidar a atenção para as mobilidades como um conceito chave dentro de uma emergente ciência social do espaço, ou “sociologia das mobilidades” – uma abordagem que se tornou cada vez mais influente nos últimos quinze anos, pelo menos fora dos EUA.

Essa mudança em direção a uma maior ênfase nas mobilidades coincidiu com a fundação das revistas *Environment and Planning D: Society and Space* e, também, *Theory, Culture and Society*, juntamente com a *Polity Press*, no início dos anos 1980. John descreveu essas publicações como parte de um esforço para desenvolver uma ciência e uma teoria sociais pós-disciplinares em resposta aos ataques do governo Thatcher às universidades e, especialmente, aos cortes nos programas de ciências sociais.

John também descreveu seu trabalho enquanto intelectual como uma oposição tanto à ciência social norte-americana quanto ao “empirismo britânico”. Da minha perspectiva nos Estados Unidos, o deslocamento antipositivista e a crítica teórica presente na obra de John Urry ajuda a explicar a aparente relutância da *American Sociological Association* e de muitos departamentos de sociologia mais conhecidos dos EUA de se envolverem com o novo paradigma da mobilidade – o qual eu considero um farol de esperança para uma ciência social pós-disciplinar, engajada e crítica.

Apesar da aparente arrogância em anunciar algo como um “novo paradigma”, John foi pessoalmente muito discreto e modesto, nunca alardeando suas próprias realizações. A posição pessoal de John era completamente anti-elitista e anti-neoliberal, algo notório materialmente em suas interações diárias e simbolicamente evidente em seu uniforme de trabalho sempre monocromático, geralmente composto de uma camisa de algodão azul, um casaco azulado e calças, sempre com um colarinho aberto e sem gravata. Ele era um igualitarista por completo, sem paciência para pretensões, hierarquias ou pela busca de status acadêmico. Ele acolhia estudantes e visitantes de todo o mundo com um sorriso contagiante, nunca deixando de conceder lugar para todos à mesa.

John Urry criou um novo tipo de sociologia da mobilidade: aquela que vai além das disciplinas, que permite novos tipos de formações intelectuais e possibilita que a sociologia renove a sua relevância para o mundo, na medida em que buscou abordar questões públicas importantes – incluindo, aqui, seu mais recente trabalho sobre mudança climática, extração de recursos e economias escuras. O paradigma das novas mobilidades e o corpo de trabalho mais amplo de Urry continuam em contraste com as tradições empiristas quantitativas das ciências sociais americanas e britânicas, lutando contra as hierarquias dos departamentos acadêmicos, dos organismos profissionais, e contra o encerro disciplinar da universidade neoliberal. Faria bem à sociologia, nessa medida, continuar os movimentos que John começou. ■

Mimi Sheller, Drexel University, USA

> Campanhas estudantis contra a violência sexual

Por **Ana Vidu**, Universidade de Barcelona, membro do Comitê de Pesquisa em Economia e Sociedade da ISA (RC02) e **Tinka Schubert**, Universidade de Loyola, Andaluzia, membro do Comitê de Pesquisa em Mulheres na Sociedade da ISA (RC32)¹



| Ilustração por Arbu.

A Universidade da Califórnia, Berkeley tem sido central para debates sobre assédio sexual e sobre agressão sexual no campus, não porque ela possui um número incomum de incidentes, mas pela forma como tem respondido a eles. Infelizmente, esse problema é muito difundido na maioria das universidades. Como uma das muitas faculdades que lidam com a questão, a UC Berkeley é conhecida por sua mobilização estudantil incomum para combater o assédio sexual - um movimento que tem sido impulsionado também em outros campi.

A UC Berkeley possui uma tradição de pioneirismo em protestos estudantis contra a violência de gênero no campus, o que a torna uma liderança nessa iniciativa. A questão foi levantada em primeiro lugar no final de 1970, quando estudantes de sociologia criaram a *Mulheres Organizadas Contra o Assédio Sexual* (WOASH), um grupo de mulheres que decidiu agir em nome de treze denúncias contra um professor de sociologia. Com certo ineditismo, ela ajudou a quebrar o silêncio sobre a violência de gênero no ensino superior nos EUA, e abriu novos caminhos na luta contra o assédio sexual e a agressão em faculdades.

A queixa federal de 1979 que a WOASH moveu contra a universidade constitui um dos primeiros casos em que a legislação Título IX foi usada como um parâmetro legal contra a agressão sexual na academia. Mas a WOASH não parou por aí. Dois anos depois foi criada a primeira cartilha de orientação para os alunos que chegam ao campus, com materiais projetados para ajudar os alunos a identificar o assédio sexual, e delineando condutas que não seriam toleradas pela universidade -, bem como proporcionou aconselhamento às vítimas sobre onde procurar ajuda ou prestar queixas em casos de conduta inaceitável.

Na década de 1990 o número de queixas, bem como o número de políticas, recursos para os sobreviventes e escritórios específicos para prevenir e resolver casos de assédio sexual nos campi havia aumentado significativamente. Em 2003, "Não significa não" foi introduzida na *Lei Penal de Agressão Sexual* a fim de estabelecer o "consentimento" como um pré-requisito para a atividade sexual.

No início da década de 2010, um novo grupo de ativistas estudantis em todo o país afirmou que a universidade não levava as queixas a sério e, portanto, violava o Título IX. Queixas foram apresentadas contra universidades ameri-



canas, acusando-as de não proteger adequadamente os estudantes contra a violência sexual. Em 2013, a Assembléia Legislativa do Estado da Califórnia solicitou que a UC Berkeley reexaminasse as suas políticas que lidam com o assédio sexual e a agressão sexual; um ano mais tarde, em 2014, os alunos promoveram a lei de consentimento para campi universitários “Sim significa sim”, exigindo uma *concordância afirmativa, consciente e voluntária* em qualquer contato sexual, reconhecendo que as vítimas nem sempre podem dizer “não”.

Em 2015 o ativismo estudantil se tornou mais presente do que nunca, criando um contexto de solidariedade e apoio da comunidade universitária e encorajando os membros da faculdade a agir contra a violência de gênero. Recentemente, a pressão social da universidade e de membros de departamento fizeram com que um famoso professor de astronomia de Berkeley e candidato ao prêmio Nobel a pedisse demissão devido a denúncias de fatos ocorridos há alguns anos atrás. Logo depois, a Universidade da Califórnia criou um comitê para investigar os procedimentos da universidade para lidar com docentes que enfrentam acusações de assédio sexual.

A luta contra a violência sexual no scampi dos EUA tem envolvido o ativismo social e mudanças legais. Os protestos de 1979 da WOASH foram cruciais para *criar o contexto*, estabelecendo um precedente ao falar sobre o tema, e ao prestar queixas contra os assediadores e contra a universidade, por tolerá-los. Esses protestos contribuíram para uma mudança na cultura do campus, originando uma consciência pública em todo o país, criando uma cultura de respeito e de zero tolerância do assédio sexual por qualquer membro da universidade. O assédio sexual é agora amplamente reconhecido em campis universitários como um problema de todos – uma mudança que indica que sobreviventes podem agora recorrer a mecanismos de suporte formais e informais.

Ativistas estudantis nos campis continuam a desafiar e a melhorar as políticas no campus de Berkeley – em uma tradição que pode ser vista em pleno funcionamento, por exemplo, na entrada principal do campus, onde os alunos divulgam as suas diferentes preocupações sociais. Mesmo no ônibus para Berkeley, conversas sobre o assédio sexual podem ser ouvidas. No campus os alunos podem ser vistos protestando, enquanto uma “exposição” de camisetas pintadas com diversas ações contra a violência de gênero é visível perto do prédio da administração. Palestras sobre agressão sexual são agora uma característica regular do campus, e o jornal estudantil publica as últimas notícias sobre a violência de gênero no campus em sua primeira página.

Nos EUA, a campanha contra o assédio sexual tem sido conduzida com conferências nacionais e locais e com uma associação nacional dedicada à iniciativa. Uma campanha de destaque envolve uma iniciativa chamada *Fim do estupro no campus*, fundada por sobreviventes e ativistas. Outras

iniciativas incluem o programa da TV Cal, *A Look Into Sexual Assault* [Um olhar sobre agressão sexual]; um documentário intitulado *The Hunting Ground* [O território de caça]; e livros e romances como *Again and Again* [Repetidamente]. Na esfera política, o Governo dos Estados Unidos criou um site chamado “*Sozinha não, juntos contra a agressão sexual*” que publica dados, legislação e informações úteis para as escolas, estudantes e todos os envolvidos sobre o assunto. A própria Casa Branca e o Conselho Nacional de Liderança dos Campus promoveram a campanha de sensibilização *It’s on Us* [Cabe a nós], para prevenir a agressão sexual no campus, considerada um problema nacional. O governo afirma *assumir o compromisso* e não ser um espectador, sendo parte da solução. O projeto *É sobre nós* visa alcançar uma mudança cultural em relação à agressão sexual nos campis universitários e fornecer a todas as vítimas os recursos que eles merecem.

Medidas tomadas por estudantes em Berkeley, bem como em outros campis universitários norte-americanos não só mudaram as respostas institucionais ao assédio sexual, mas também têm influenciado mobilizações estudantis globalmente. Como mencionado, fortes redes de solidariedade entre os sobreviventes são fundamentais em todo o mundo, e vão acelerar o progresso dessa luta. Por exemplo, na Espanha, campanhas de estudantes têm surgido nos últimos anos, apesar de um silêncio imposto por estruturas feudais e pela ameaça de retaliação por parte dos agressores. A *Rede de Solidariedade das Vítimas de Violência de Gênero em Universidades* está promovendo agora um forte movimento em toda a Espanha. No entanto, mesmo nesses tempos, poucos membros do corpo docente se envolvem nessa luta, e se o fizerem, eles podem enfrentar represálias graves. A rede foi criada por ativistas e sobreviventes da primeira queixa apresentada contra um professor universitário por assédio sexual. Enfrentando a falta de resposta institucional, elas decidiram se mobilizar e entrar em contato com os meios de comunicação, e também para ser uma rede de referência para todos os estudantes e sobreviventes da agressão sexual. A rede foi posteriormente reconhecida como a “melhor prática” pelo Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade espanhol.

O movimento social e o ativismo dos estudantes norte-americanos em torno de questões de violência de gênero têm inspirado os estudantes nos campis de Espanha e em outros lugares. Tais movimentos, apoiados por um forte envolvimento público, desempenharão um papel importante na construção de universidades que as gerações futuras merecem. ■

Contato com Ana Vidu <ana.vidu@ub.edu>
e Tinka Schubert <tschubert@ub.edu>

¹ A pesquisa para este artigo foi conduzida enquanto Ana Vidu era visitante na Universidade da Califórnia, Berkeley e Tinka Schubert era visitante no Centro de Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova Iorque.

> A Terceira Via de Mondragon

Resposta a Sharryn Kashmir

Por **Ignacio Santa Cruz Ayo**, Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha e **Eva Alonso**, Universidade de Barcelona, Espanha



Mural na vila de Mondragon.
Foto por Christian Weber.

veem esses desafios como oportunidades para fortalecer e aperfeiçoar o seu modelo. Em nossa própria pesquisa, identificamos uma terceira via para a cooperativa, um novo modelo de cooperação competitiva não-capitalista.

Por mais de 60 anos, a criação de empregos sustentáveis e de qualidade tem sido a meta central de Mondragon. De acordo com o seu *Relatório Anual de 2014*, a Mondragon é atualmente um grupo de 263 organizações, incluindo 103 cooperativas e 125 empresas subsidiárias. Ao todo, o grupo é responsável por 74.117 postos de trabalho. Ao longo de sua história, a Mondragon tem sido capaz de criar empregos e mantê-los, mesmo durante a recessão econômica; sempre que possível, os postos de trabalho criados são permanentes. Hoje, a maioria dos empregos não-cooperativos pode ser encontrada em três áreas: o setor da distribuição, subsidiárias industriais espanholas e filiais industriais internacionais.

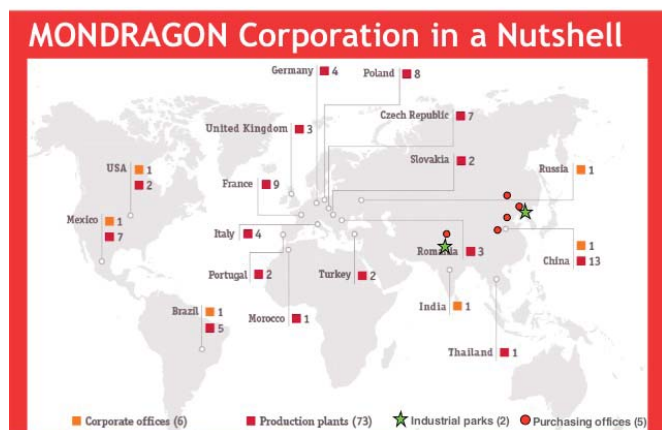
A Mondragon utiliza três estratégias distintas para converter empregos temporários em cooperativos. No setor da distribuição, Mondragon usa o plano EMES (*Estatuto Marco da Estrutura Societária*). A Eroski, grupo de distribuição da Mondragon, adquiriu um outro grupo de distribuição (Caprabo), e depois fundiram os supermercados dos dois grupos. Em 2009, a Assembleia Geral Eroski aprovou o plano EMES, dando a todos os trabalhadores uma oportunidade de se tornarem parceiros em cooperativas de trabalhadores. Embora este plano ainda esteja em vigor, a cooperativa Eroski encontrou-se em uma situação difícil, enfrentando enormes perdas, e está agora no meio de um processo de reestruturação interna para reduzir e refinar a dívida acumulada. Esse não é o melhor contexto para convidar trabalhadores (não cooperados) para se tornarem membros.

Uma segunda estratégia envolve a conversão de sub-

Como estudiosos realizando pesquisas sobre cooperativas, gostaríamos de agradecer a *Diálogo Global* para abrir debate sobre cooperativas, e por nos permitir responder a avaliação de Sharryn Kashmir sobre a cooperativa Mondragon, publicada na *Diálogo Global* 6.1 (março de 2016).

Comentadores críticos de cooperativas, como a famosa cooperativa Mondragon da Espanha, muitas vezes argumentam que “ao enfrentar a concorrência, as cooperativas ou degeneram em empresas capitalistas, ou afundam”. Dado que a Mondragon claramente não está afundando, muitas críticas – incluindo a de Kashmir – destinam-se a mostrar que a Mondragon se degenerou em uma empresa capitalista padrão com condições de trabalho precárias. Essa crítica geralmente tem dois elementos: a proliferação de trabalhadores temporários e a expansão internacional das subsidiárias não-cooperativas. No presente artigo, oferecemos alguns dados mostrando que, em vez de desistir de seus princípios cooperativos, os membros da Mondragon





O alcance global das cooperativas Mondragon.

sidiárias industriais em cooperativas mistas, permitindo que os trabalhadores se tornem membros – uma alternativa que só é possível quando as empresas são viáveis, e quando ambos os parceiros de cooperação e trabalhadores auxiliares estão dispostos a estender a adesão. Isso já aconteceu em vários casos: Maier FERROPLAST Limited, que pertencia a Maier Cooperative Society (2012); a Victorio Luzuriaga Usurbil cooperativa (2004); Fit Automotive (2006); e cooperativa Victorio Luzuriaga Tafalla (2008). Esses não são exemplos incomuns nem isolados de como cooperativizar subsidiárias industriais.

A terceira estratégia diz respeito a subsidiárias internacionais fora do País Basco, que supostamente representariam a degeneração do modelo cooperativo. O Grupo Mondragon criou subsidiárias internacionais para auxiliar a manutenção ou mesmo a expansão do emprego nas cooperativas originárias. Desse ponto de vista, essa estratégia tem sido bem sucedida, uma vez que as cooperativas internacionalizadas criaram mais empregos do que as nacionais. Ao contrário do que alguns críticos afirmam, os números mostram uma porcentagem crescente de trabalhadores que são membros. De acordo com Altuna (2008), em 2007, os membros compunham 29,5% dos empregados. Em 2012, os membros representavam cerca de 40,3% da força de trabalho total.

Em 2003, o Oitavo Congresso de Mondragon decidiu que o principal objetivo do Grupo seria expandir os valores cooperativos, promovendo a participação (em gestão, de capital e benefícios), alargando o Modelo de Gestão Empresarial em subsidiárias internacionais da Mondragon. Embora o esforço seja bem-intencionado, muitos obstáculos se encontram no seu caminho. A transformação dessas empresas em um modelo de negócio cooperativo envolve barreiras econômicas, jurídicas, culturais e de investimento bem conhecidas (Flecha e Ngai, 2015). Por exemplo, alguns quadros jurídicos nacionais não reconhecem modelos cooperativos; muitos trabalhadores não têm os recursos econômicos necessários para se tornar membros; e, em algumas subsidiárias, muitos trabalhadores não entendem o verdadeiro significado de uma

cooperativa. A cultura de Mondragon surgiu há mais de sessenta anos no País Basco e tem sido transmitida de geração em geração. Transferir essa cultura para outro contexto não é fácil. No entanto, tem havido alguns casos de sucesso. Por exemplo, Angel Errasti (2014) descreve a integração dos representantes sindicais para o Conselho de Administração da subsidiária criada pela Fagor Electrodomésticos, na Polônia, o que representou um avanço importante para a participação dos trabalhadores na gestão da empresa.

A Mondragon levanta muitas questões complexas sobre o papel das cooperativas na competitiva economia global de hoje. As cooperativas da Mondragon devem operar em um mundo competitivo de modo que, por vezes, o não sucesso em se internacionalizar resultaria também no fracasso de criar novos postos de trabalho na Espanha e no exterior. Embora as empresas cooperativas sejam uma minoria e as empresas capitalistas estabeleçam as regras do mercado, isso não significa que há apenas um caminho para a sobrevivência em uma economia global. O grupo Mondragon tem sido capaz de ampliar sua internacionalização de formas inovadoras. Quando subsidiárias são criadas no exterior, a prioridade da Mondragon tem sido a de manter os empregos e preservar as cooperativas localmente enraizadas, ao invés de terceirizar ou de deslocar a produção.

A Mondragon também conseguiu manter melhores condições de trabalho do que outras cooperativas ou empresas capitalistas. Mesmo aqueles que têm sido críticos da Mondragon reconhecem essa contribuição, uma vez que é sabido que os membros das cooperativas de hoje esperam que os seus descendentes tenham acesso a postos de trabalho de cooperativa semelhantes que são estáveis e de alta qualidade. Esse princípio da criação de empregos sustentáveis e de qualidade também é transferido para as subsidiárias internacionais. Assim, Luzarraga e Irizar (2012) mostram que, além de cumprir com as normas nacionais e locais, as subsidiárias da Mondragon melhoraram as condições de trabalho, por exemplo, nos salários ou nas oportunidades de formação. Embora o movimento cooperativo de Mondragon pode não ter sido capaz de mudar sozinho a dinâmica do capitalismo global, ela tem, no entanto, continuado o seu esforço histórico para criar um mundo melhor para os trabalhadores e suas comunidades. ■

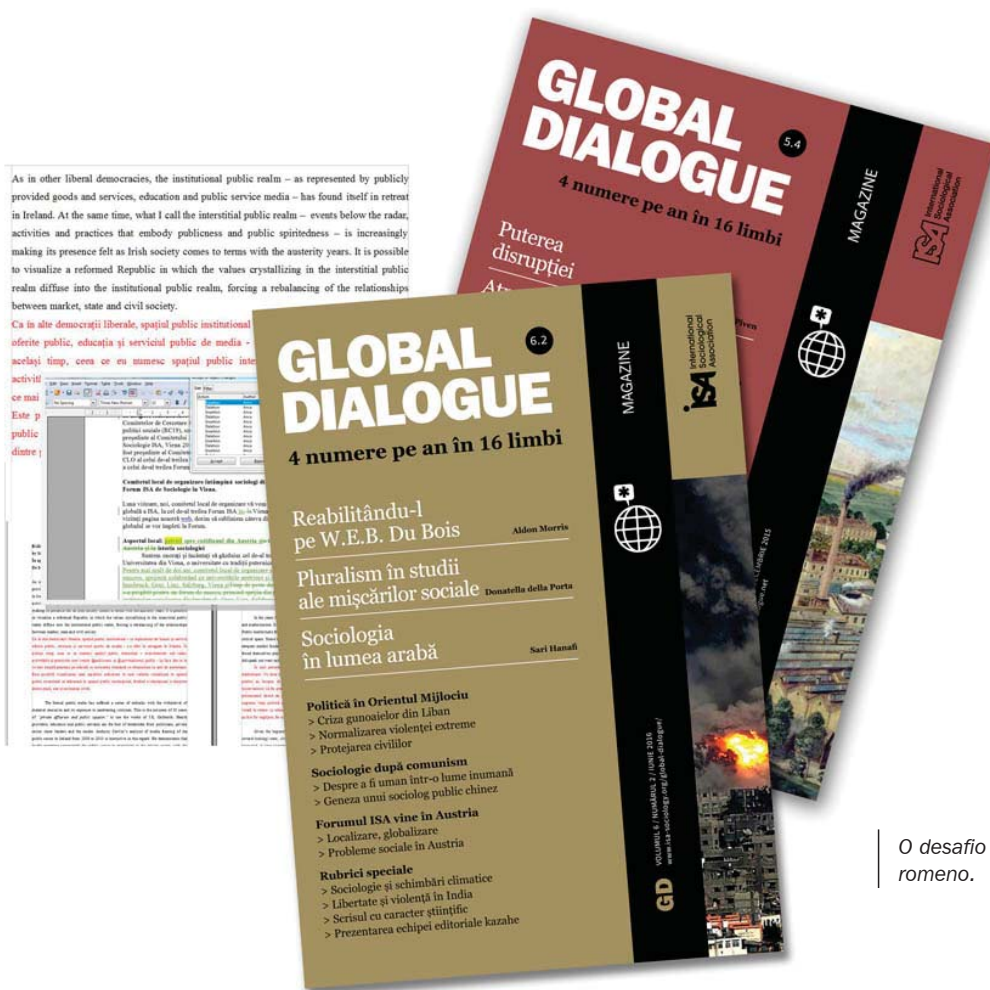
Contato com Ignacio Santa Cruz Ayo <Inaki.SantaCruz@uab.cat> e Eva Alonso <eva.alonso@ub.edu>

Referências

- Altuna, L. (ed.) (2008) *La experiencia cooperativa de Mondragón, una síntesis general*. Eskoriatza: Lanki-Huhezi, Mondragon Unibertsitatea.
- Errasti, A. (2014) "Tensiones y oportunidades en las multinacionales cooperativas de Mondragón: El caso Fagor Electrodomésticos, Sdad. Coop." *Revesco: Revista de Estudios Cooperativos*, 113: 30-60.
- Flecha, R. and Ngai, P. (2015) "The challenge for Mondragon: Searching for the cooperative values in times of internationalization." *Organization*, 21 (5): 666-682.
- Kasimir, S. (March 2016) "The Mondragon Cooperatives: Successes and Challenges." *Global Dialogue* 6.1.
- Luzarraga, J.M. and Irizar, I. (2012) "La estrategia de multilocalización internacional de la Corporación Mondragón." *Ekonomiaz*, 79: 114-145.

> Traduzindo a *Diálogo Global* para o romeno

Por **Costinel Anuta, Corina Bragaru, Anca Mihai, Oana Negrea, Ion Daniel Popa, e Diana Tihan**, Universidade de Bucareste, Romênia



O desafio de traduzir a *Diálogo Global* para o romeno.

Este artigo descreve a gênese e a estrutura da equipe editorial romena da *Diálogo Global*, com foco em seu desenvolvimento e processo de trabalho, bem como em algumas das práticas idiossincráticas da equipe.

A equipe editorial romena foi iniciada pela Professora Marian Preda, que incentivou os alunos de pós-graduação a se envolver como parte de sua formação de doutorado, e

pelos professores Cosima Rughiniș e Ileana-Cinziana Surdu, que ajudaram a equipe a desenvolver os seus processos de produção. Ileana orientou a equipe a cada passo do caminho e contribuiu muito para moldar as suas operações atuais.

Depois de receber as versões em inglês dos artigos da *Diálogo Global*, a equipe envia convites para colegas que já estiveram na equipe editorial e para os alunos da Univer-



sidade de Bucareste do programa de pós-graduação em Sociologia. Dentre os incentivos mais convincentes para se juntar à equipe está a experiência que ele oferece para a prática de habilidades sociológicas e linguísticas em leitura, processamento e tradução de cada artigo – com o incentivo adicional de filiação estudantil à ISA após o trabalho em cinco edições.

Uma vez que os rascunhos em inglês são colocados em uma pasta do *Dropbox*, os artigos são traduzidos nas duas semanas seguintes. Cada tradutor é solicitado para traduzir uma certa quantidade, geralmente entre quatro e dez páginas, dependendo do assunto. A terceira semana envolve um processo de revisão de colegas, onde cada membro da equipe revisa um artigo previamente traduzido por outro colega. As versões de artigos em inglês e em romeno são constantemente comparadas, a fim de melhor captar o significado original do texto e o estilo. Durante a quarta semana, outro membro da equipe, recém-incorporado ao processo, analisa cada artigo, procurando manter a compatibilidade entre artigos (por exemplo, harmonizando o estilo de citação da revista; decidir qual sinônimo caberia a melhor) e, finalmente, a equipe revisa e edita os artigos em romeno.

Ainda assim, as coisas nem sempre funcionam sem problemas: cada um de nós teve que trabalhar as suas habilidades, incluindo a paciência e adaptabilidade. Um dos desafios mais espinhosos é prestar o significado do original em inglês para romeno fluente e natural; às vezes, temos que criar a terminologia apropriada para conceitos relativamente novos, como a economia “*trickle-down*”, que encontramos em um dos artigos da edição 5.4. Esse desafio

decorre da diferença estrutural entre inglês (língua germânica) e em romeno (língua latina), duas línguas que às vezes usam regras conflitantes da ordem de sintaxe e das palavras. Debates acalorados sobre qual expressão ou frase seria a melhor tradução oferecem boas oportunidades, não só para retocar o nosso inglês, mas também para polir o uso de nossa própria língua nativa. Às vezes lutamos para encontrar fraseado romeno para conceitos sociológicos que são bastante novos – um debate que é muitas vezes resolvido quando um voluntário pode trazer evidências de que um sociólogo romeno usou uma versão traduzida dos termos em inglês. Assim, o desafio de tradução nos ajuda de duas maneiras: ele melhora a nossa proficiência linguística e reforça o nosso conhecimento geral de sociologia no processo. Cumprir o prazo de tradução e ainda debater temas teóricos, é outro desafio – especialmente porque todos os membros têm de adequar seu trabalho na *Diálogo Global* junto a seus outros compromissos acadêmicos e profissionais.

Dado a ampla variedade de temas abordados pela revista, juntar-se à família *Diálogo Global* requer considerável experimentação com várias culturas acadêmicas e locais. Ao longo de todo o processo de tradução, cada membro da equipe traz sua experiência de modo que cada edição da versão romena seja fruto do envolvimento entusiástico, de interesse e de máxima dedicação. ■

Contato com:

Costinel Anuța <costinel.anuta@gmail.com>

Corina Brăgaru <bragaru_corina@yahoo.com>

Anca Mihai <anca.mihai07@gmail.com>

Oana Negrea <oana.elena.negrea@gmail.com>

Ion Daniel Popa <iondanielpopa@yahoo.com>

Diana Tihan <tihandiana@yahoo.com>